

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

em 31 de março de 2023 e Relatório do
Auditor Independente





Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
São Martinho S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da São Martinho S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da São Martinho S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de março de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

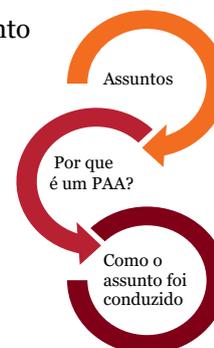
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da São Martinho S.A. e da São Martinho S.A. e suas controladas em 31 de março de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Mensuração do valor justo de ativos biológicos - Nota 7

Os ativos biológicos (cana-de-açúcar) da Companhia são mensurados ao valor justo menos despesas de venda, calculado com base no fluxo de caixa descontado da safra em formação, uma vez que não existe mercado ativo para estes ativos.

Conforme divulgado na Nota 7 às demonstrações financeiras, a mensuração do valor justo destes ativos biológicos é determinada através de técnicas de avaliação amparada por mercado não observável e líquido (Nível 3), com premissas que consideram dados internos e externos, principalmente relacionadas à produtividade prevista, preços médios projetados de Açúcar Total Recuperável (ATR) e taxa de desconto dos fluxos de caixa.

Esse é um assunto de atenção de nossa auditoria, considerando especialmente os riscos inerentes à subjetividade de determinadas premissas que requerem o exercício de julgamento da diretoria e podem ter impacto relevante na determinação do valor justo dos ativos biológicos e, por consequência, no resultado do exercício e na posição patrimonial da Controladora e do Consolidado.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos envolveram, entre outros, o entendimento dos principais controles internos estabelecidos em relação à mensuração dos ativos biológicos, bem como a análise do modelo utilizado para a estimativa do valor justo menos despesa de venda dos ativos biológicos.

Testamos a consistência das informações e principais premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa, mediante comparação com as informações e dados internos da Companhia e públicos e/ou de acesso limitado no mercado, bem como a metodologia de cálculo utilizada pela diretoria. Adicionalmente, comparamos os dados utilizados com os indicadores-chave de monitoramento da diretoria e com dados externos divulgados para o setor de atuação da Companhia.

Finalmente, comparamos os dados das avaliações feitas com as respectivas divulgações, incluindo a descrição dos principais fatores que podem influenciar na determinação e variação do valor justo menos despesa de venda dos ativos biológicos.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela diretoria são razoáveis e as divulgações são consistentes com dados e informações obtidos.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de março de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 19 de junho de 2023

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Maurício Cardoso de Moraes
Contador CRC 1PRO35795/O-1 "T" SP

Balanço patrimonial	2
Demonstração do resultado	3
Demonstração do resultado abrangente	5
Demonstração das mutações no patrimônio líquido	6
Demonstração dos fluxos de caixa	7
Demonstração do valor adicionado	8
1. Contexto operacional	8
2. Resumo das principais políticas contábeis	9
3. Principais usos de estimativas e julgamentos	14
4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	16
5. Contas a receber de clientes	16
6. Estoques e adiantamentos a fornecedores	17
7. Ativos biológicos	17
8. Tributos a recuperar	19
9. Partes relacionadas	20
10. Investimentos	22
11. Imobilizado	23
12. Intangível	26
13. Direito de uso, Arrendamentos a pagar e Parcerias Agrícolas a pagar	27
14. Empréstimos e financiamentos	31
15. Fornecedores	33
16. Obrigações e Direitos com a Copersucar	33
17. Aquisição e alienação de participação societária – valores a pagar e receber	35
18. Patrimônio líquido	36
19. Programa de participação nos lucros e resultados	39
20. Imposto de renda e contribuição social	40
21. Compromissos	43
22. Provisão para contingências	44
23. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros derivativos	48
24. Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros	55
25. Valor Justo	56
26. Informação por segmento (consolidado)	58
27. Receitas	60
28. Custos e despesas por natureza	61
29. Outras receitas, líquidas	62
30. Resultado financeiro	62
31. Lucro por ação	62
32. Cobertura de seguros	63
33. Evento subsequente	63

Balanço Patrimonial

Em 31 de março de 2023 e 2022

Em milhares de reais

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022			2023	2022	2023	2022
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	272.342	114.874	273.408	114.903	Empréstimos e financiamentos	14	1.028.224	581.507	1.028.509	581.515
Aplicações financeiras	4	2.643.193	2.663.681	2.804.873	2.857.864	Arrendamentos a pagar	13	115.855	82.475	115.855	82.475
Contas a receber de clientes	5	259.493	181.878	274.904	225.707	Parceria agrícola a pagar	13	569.854	500.376	569.854	500.376
Instrumentos financeiros derivativos	23	163.242	228.718	163.242	228.718	Instrumentos financeiros derivativos	23	328.695	245.145	328.695	245.145
Estoques e adiantamentos a fornecedores	6	687.944	758.732	694.118	764.576	Fornecedores	15	294.679	412.656	281.311	415.082
Ativos biológicos	7	1.160.568	1.219.281	1.160.568	1.219.281	Obrigações com a Copersucar	16	13.539	12.753	13.539	12.753
Tributos a recuperar	8	213.970	60.158	214.253	60.303	Salários e contribuições sociais		193.597	190.737	195.162	191.786
Imposto de renda e contribuição social	20	93.631	65.210	93.880	65.232	Tributos a recolher		19.916	33.396	21.094	34.871
Outros ativos		6.530	16.501	8.229	16.958	Imposto de renda e contribuição social a pagar	20	-	-	8.490	7.597
TOTAL DO CIRCULANTE		5.500.913	5.309.033	5.687.475	5.553.542	Dividendos a pagar	18	5.963	5.971	5.963	5.971
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo						Adiantamentos de clientes		5.066	27.226	5.173	27.269
Aplicações financeiras	4	38.497	11.374	38.497	11.374	Aquisição de participações societárias	9 e 17	11.571	3.669	11.571	3.669
Estoques e adiantamentos a fornecedores	6	224.678	146.986	224.678	146.986	Outros passivos		18.558	52.498	30.565	66.546
Instrumentos financeiros derivativos	23	225.568	169.679	225.568	169.679	TOTAL DO CIRCULANTE		2.605.517	2.148.409	2.615.781	2.175.055
Tributos a recuperar	8	228.308	176.716	230.676	177.844	NÃO CIRCULANTE					
Imposto de renda e contribuição social	20	8.983	8.617	8.983	8.617	Empréstimos e financiamentos	14	5.556.109	5.286.808	5.595.374	5.306.834
Depósitos judiciais	22	1.088.972	749.120	1.088.976	749.361	Arrendamentos a pagar	13	586.228	539.057	586.228	539.057
Contas a receber de clientes	5	-	-	40.692	26.872	Parceria agrícola a pagar	13	1.769.834	1.884.943	1.769.834	1.884.943
Outros ativos	9, 16 e 17	234.287	156.471	234.425	156.471	Instrumentos financeiros derivativos	23	7.250	34.585	7.250	34.585
Total do realizável a longo prazo		2.049.293	1.418.963	2.092.495	1.447.204	Obrigações com a Copersucar	16	162.986	161.277	162.986	161.277
Investimentos	10	1.720.098	1.751.559	47.798	45.565	Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	632.750	743.797	997.134	1.111.225
Imobilizado	11	5.774.273	4.956.635	7.606.567	6.771.209	Provisão para contingências	22	110.706	86.351	111.541	87.006
Intangível	12	439.135	423.888	464.125	457.313	Tributos com exigibilidade suspensa	16(b)	1.063.378	725.834	1.063.378	725.834
Direito de uso	13	2.925.325	3.084.312	2.925.325	3.084.312	Outros passivos		1.916	14.904	1.916	14.904
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		12.908.124	11.635.357	13.136.310	11.805.603	TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		9.891.157	9.477.556	10.295.641	9.865.665
TOTAL DO ATIVO		18.409.037	16.944.390	18.823.785	17.359.145	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital social					
						18					
						3.161.384					
						2.681.571					
						3.161.384					
						2.681.571					
						(139.997)					
						(139.997)					
						(139.997)					
						1.062.480					
						1.100.474					
						1.062.480					
						1.100.474					
						1.828.496					
						1.676.377					
						1.828.496					
						1.676.377					
						TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						5.912.363					
						5.318.425					
						5.912.363					
						5.318.425					
						TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						18.409.037					
						16.944.390					
						18.823.785					
						17.359.145					

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31 de março de 2023 e 2022

Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receitas	27	6.494.335	5.527.316	6.627.566	5.719.953
Custo dos produtos vendidos	28	(4.689.845)	(3.362.718)	(4.589.655)	(3.299.689)
Lucro bruto		1.804.490	2.164.598	2.037.911	2.420.264
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	28	(209.680)	(148.843)	(221.597)	(160.167)
Despesas gerais e administrativas	28	(250.241)	(284.818)	(264.367)	(293.576)
Resultado de equivalência patrimonial	10	206.044	255.219	5.033	7.358
Outras receitas, líquidas	29	517.710	435.044	519.569	438.823
		263.833	256.602	38.638	(7.562)
Lucro operacional		2.068.323	2.421.200	2.076.549	2.412.702
Resultado financeiro	30				
Receitas financeiras		287.753	132.277	314.882	155.135
Despesas financeiras		(895.891)	(486.127)	(898.220)	(486.302)
Variações monetárias e cambiais, líquidas		(174.942)	(84.657)	(174.942)	(84.657)
Derivativos		(124.657)	(57.639)	(124.657)	(57.637)
		(907.737)	(496.146)	(882.937)	(473.461)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		1.160.586	1.925.054	1.193.612	1.939.241
Imposto de renda e contribuição social	20(a)				
Do exercício		(240.691)	(214.715)	(273.804)	(229.327)
Diferidos		95.849	(229.471)	95.936	(229.046)
Lucro líquido do exercício		1.015.744	1.480.868	1.015.744	1.480.868
Lucro básico e diluído por ação (em reais)	31	2,9325	4,2753	2,9325	4,2753

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras



Demonstração do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de março de 2023 e 2022

Em milhares de reais

Controladora e consolidado	2023	2022
Lucro líquido do exercício	1.015.744	1.480.868
Itens que serão reclassificados subsequentemente ao resultado		
Movimento no exercício:		
Variação do valor justo		
Derivativos de mercadorias - Futuro, opções e contratos a termo	(38.879)	(56.775)
Derivativos de câmbio - Opções / NDF	58.616	336.708
Variação cambial de contratos de financiamentos (Trade Finance)	89.269	261.683
	<u>109.006</u>	<u>541.616</u>
Reconhecimento no resultado operacional		
Derivativos de mercadorias - Futuro, opções e contratos a termo	8.519	123.616
Derivativos de câmbio - Opções / NDF	(175.492)	(72.025)
Variação cambial de contratos de financiamentos (Trade Finance)	5.322	29.205
	<u>(161.651)</u>	<u>80.796</u>
Baixa por inefetividade		
Derivativos de mercadorias - Futuro, opções e contratos a termo	(676)	(9.504)
Derivativos de câmbio - Opções / NDF	8.620	(478)
	<u>7.944</u>	<u>(9.982)</u>
Total movimento no exercício		
Derivativos de mercadorias - Futuro, opções e contratos a termo	(31.036)	57.337
Derivativos de câmbio - Opções / NDF	(108.256)	264.205
Variação cambial de contratos de financiamentos (Trade Finance)	94.591	290.888
Tributos diferidos sobre os itens acima	15.198	(208.226)
	<u>(29.503)</u>	<u>404.204</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>986.241</u>	<u>1.885.072</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras



Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de março de 2023 e 2022

Em milhares de reais

	Nota	Capital social	Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial				Reserva de lucros					Lucros acumulados	Total
				Deemed cost		Hedge accounting	Outras	Legal	Orçamento de capital	Reserva de lucros a realizar	Reserva de incentivos fiscais	Dividendos adicionais		
				Própria	De investidas									
Saldo em 31 de março de 2021		2.071.819	(139.997)	116.187	1.029.113	(594.814)	564	188.733	885.731	27.960	203.834	197.459	-	3.986.589
Aumento de capital com reservas		609.752	-	-	-	-	-	-	(487.851)	-	(121.901)	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial de investidas		-	-	-	-	-	80	-	-	-	-	-	-	80
Realização de mais-valia de <i>deemed cost</i>	18(c. i)	-	-	(9.388)	(3.150)	-	-	-	-	-	-	-	12.538	-
Resultado com derivativos - <i>hedge accounting</i>	18(c. ii)	-	-	-	-	404.204	-	-	-	-	-	-	-	404.204
Ajuste de tributos diferidos em controladas		-	-	-	157.678	-	-	-	-	-	-	-	-	157.678
Realização de reserva de lucros a realizar, a pagar	18(d)	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.971)	-	-	-	(5.971)
Constituição de reserva de incentivos fiscais	18(d)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	147.954	-	(147.954)	-
Dividendos adicionais do exercício anterior, pagos	18(e)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(197.459)	-	(197.459)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.480.868	1.480.868
Destinação do lucro:														
Constituição de reservas	18 (d)	-	-	-	-	-	-	74.043	632.380	-	-	-	(706.423)	-
Juros sob capital próprio, pagos	18 (e)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(135.000)	(135.000)
Dividendos mínimos obrigatórios, pagos	18 (e)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(198.571)	(198.571)
Dividendos antecipados	18 (e)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(173.993)	(173.993)
Dividendos adicionais	18 (e)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	131.465	(131.465)	-
Saldo em 31 de março de 2022		2.681.571	(139.997)	106.799	1.183.641	(190.610)	644	262.776	1.030.260	21.989	229.887	131.465	-	5.318.425
Aumento de capital com reservas	18(a)	479.813	-	-	-	-	-	-	(397.880)	-	(81.933)	-	-	-
Realização de mais-valia de <i>deemed cost</i>	18(c. i)	-	-	(8.910)	325	-	-	-	-	-	-	-	8.585	-
Ajustes de avaliação patrimonial de investidas		-	-	-	-	-	94	-	-	-	-	-	-	94
Resultado com derivativos - <i>hedge accounting</i>	18(c. ii)	-	-	-	-	(29.503)	-	-	-	-	-	-	-	(29.503)
Constituição de reserva de incentivos fiscais	18(d)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	169.867	-	(169.867)	-
Realização de reserva de lucros a realizar, a pagar	18(d)	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.932)	-	-	-	(5.932)
Dividendos adicionais do exercício anterior, pagos	18(e)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(131.465)	-	(131.465)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.015.744	1.015.744
Destinação do lucro:														
Constituição de reservas	18 (d)	-	-	-	-	-	-	50.787	279.607	-	-	-	(330.394)	-
Juros sob capital próprio, pagos	18 (e)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(255.000)	(255.000)
Dividendos adicionais	18 (e)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	269.068	(269.068)	-
Saldo em 31 de março de 2023		3.161.384	(139.997)	97.889	1.183.966	(220.113)	738	313.563	911.987	16.057	317.821	269.068	-	5.912.363

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de março de 2023 e 2022

Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		1.015.744	1.480.868	1.015.744	1.480.868
Ajustes					
Depreciação e amortização	28	1.071.191	775.759	1.075.457	779.652
Ativos biológicos colhidos	28	1.049.119	846.612	1.049.119	846.612
Varição no valor justo de ativos biológicos, produtos agrícolas e CBIOS	28	176.167	(24.004)	176.167	(24.004)
Amortização de contratos de energia		-	-	5.642	6.096
Resultado de equivalência patrimonial	10	(206.044)	(255.219)	(5.033)	(7.358)
Resultado de investimento e imobilizado baixados	11	2.745	(2.686)	2.745	(1.186)
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas		419.766	224.003	398.746	213.832
Instrumentos financeiros derivativos		(36.987)	129.966	(36.987)	130.048
Constituição de provisão para contingências, líquidas	22.1	34.336	13.003	34.392	13.004
Imposto de renda e contribuição social	20 b	144.842	444.186	177.868	458.373
Tributos com exigibilidade suspensa		337.544	267.355	337.544	267.355
Ajuste a valor presente e outros		245.394	131.334	249.377	137.666
		4.253.817	4.031.177	4.480.781	4.300.958
Varições nos ativos e passivos					
Contas a receber de clientes		(112.142)	(58.794)	(100.124)	(151.597)
Estoques		(52.163)	(308.999)	(52.325)	(306.068)
Tributos a recuperar		(224.989)	(123.102)	(226.678)	(123.371)
Instrumentos financeiros derivativos		(31.179)	(16.602)	(31.179)	(16.602)
Outros ativos		(299.646)	(273.928)	(299.366)	(274.127)
Fornecedores		(61.304)	226.542	(77.099)	324.746
Salários e contribuições sociais		2.862	19.821	3.376	19.904
Tributos a recolher		(237.696)	(111.949)	(242.525)	(113.398)
Obrigações Copersucar		(2.446)	(12.624)	(2,446)	(12,624)
Provisão para contingências - liquidações	22.1	(22.801)	(26,261)	(22,801)	(26,261)
Outros passivos		(69.098)	54.332	(71.077)	54.687
Caixa proveniente das operações		3.143.215	3.399.613	3.358.537	3.676.247
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	14	(309.914)	(124.009)	(310.702)	(124.009)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(32.734)	(91.608)	(60.467)	(105.430)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		2.800.567	3.183.996	2.987.368	3.446.808
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aplicação de recursos em investimentos		(11.837)	(12.209)	(11.837)	(12.209)
Adições ao imobilizado e intangível	11 e 12	(1.175.257)	(1.240.570)	(1,197,351)	(1,274,813)
Adições ao ativo (plantio e tratos)		(1,373,806)	(1,196,750)	(1,373,806)	(1,196,750)
Aplicações financeiras		264.732	(1,650,228)	319,078	(1,722,060)
Recebimento de recursos pela venda de imobilizado	11	5.652	10,929	5,652	10,237
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	(139)	-
Recebimento de dividendos		237,600	178,143	1,723	1,394
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(2,052,916)	(3,910,685)	(2,256,680)	(4,194,201)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Pagamento de arrendamentos e parcerias	13	(577,319)	(525,413)	(577,319)	(525,413)
Captação de financiamentos - terceiros	14	857,242	3,497,764	875,242	3,517,764
Amortização de financiamentos - terceiros	14	(494,266)	(1,610,883)	(494,266)	(1,610,848)
Pagamento de dividendos e juros sob capital próprio		(375,840)	(807,557)	(375,840)	(807,557)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento		(590,183)	553,911	(572,183)	573,946
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido		157,468	(172,778)	158,505	(173,447)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	114,874	287,652	114,903	288,350
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	272,342	114,874	273,408	114,903
Informações adicionais					
Saldos em aplicações financeiras (ativo circulante)	4	2,643,193	2,663,681	2,804,873	2,857,864
Total de recursos disponíveis	4	2,915,535	2,778,555	3,078,281	2,972,767

Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de março de 2023 e 2022

Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas				
Vendas brutas de mercadorias e produtos	6.668.261	5.892.125	6.814.471	6.100.700
Receita referente a construção de ativos próprios	1.684.543	1.365.635	1.684.768	1.365.635
Outras receitas	8.802	14.623	8.705	12.817
	<u>8.361.606</u>	<u>7.272.383</u>	<u>8.507.944</u>	<u>7.479.152</u>
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos e das mercadorias vendidas	(1.701.565)	(1.312.409)	(1.567.513)	(1.189.790)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais	(1.993.983)	(1.472.561)	(2.040.986)	(1.545.975)
	<u>(3.695.548)</u>	<u>(2.784.970)</u>	<u>(3.608.499)</u>	<u>(2.735.765)</u>
Valor adicionado bruto	4.666.058	4.487.413	4.899.445	4.743.387
Depreciação e amortização	(1.071.191)	(775.759)	(1.075.457)	(779.652)
Ativos biológicos colhidos	(1.049.119)	(846.612)	(1.049.119)	(846.612)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	2.545.748	2.865.042	2.774.869	3.117.123
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	206.044	255.219	5.033	7.358
Receitas financeiras	670.565	690.311	697.920	718.855
Outras	563.198	473.403	565.155	476.187
Valor adicionado total a distribuir	<u>3.985.555</u>	<u>4.283.975</u>	<u>4.042.977</u>	<u>4.319.523</u>
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos				
Remuneração direta	715.280	625.649	716.628	625.762
Benefícios	274.358	217.192	275.612	218.050
FGTS	69.028	56.965	69.145	56.973
Honorários dos administradores	36	73.755	1.463	75.032
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	284.467	569.184	334.269	596.186
Estaduais	40.051	64.925	40.418	65.247
Municipais	1.886	1.162	2.193	1.310
Financiadores				
Juros	874.223	473.195	876.750	478.361
Aluguéis	8.671	5.778	8.708	5.778
Variações cambiais	456.016	619.950	456.065	620.410
Outras	245.795	95.352	245.982	95.546
Pagamento de dividendos e juros sob capital próprio	255.000	507.564	255.000	507.564
Lucros retidos do exercício	760.744	973.304	760.744	973.304
Valor adicionado distribuído	<u>3.985.555</u>	<u>4.283.975</u>	<u>4.042.977</u>	<u>4.319.523</u>

1. Contexto operacional

A São Martinho S.A. ("Companhia" ou "Controladora"), é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em Pradópolis, no estado de São Paulo. A Companhia e suas controladas (conjuntamente, "São Martinho") têm como objeto social e atividade preponderante o plantio de cana-de-açúcar à fabricação e comercialização de açúcar, etanol e demais derivados da cana-de-açúcar; cogeração de energia elétrica; exploração de empreendimentos imobiliários; exploração agrícola; importação e exportação de bens, de produtos e de matéria-prima e a participação em outras sociedades.

Aproximadamente 70% da cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos produtos são provenientes de lavouras próprias, de acionistas, de empresas ligadas e de parcerias agrícolas e 30% de fornecedores terceiros. Os negócios no setor sucroalcooleiro estão sujeitos às tendências sazonais baseadas no ciclo de crescimento da cana-de-açúcar na região Centro-Sul do Brasil. O período anual de safra no Centro-Sul do Brasil inicia em abril e termina em dezembro, gerando flutuações nos estoques da Companhia. O fornecimento de matéria-prima pode sofrer impacto de condições climáticas adversas. O plantio de cana-de-açúcar requer um período de até 18 meses para maturação e início de colheita, a qual ocorre, geralmente, entre os meses de abril a dezembro, período em que também ocorre a produção de açúcar, etanol e cogeração de energia.

Em março de 2023, foram iniciadas as operações da planta de etanol de milho na Usina Boa Vista, com capacidade de processamento de 495 mil toneladas de Milho, 200 mil m³ de etanol por safra, além da produção de DDGS e óleo de milho.

A Companhia é controlada pela *holding* LJN Participações S.A. ("LJN"), com participação de 53,74% no capital votante.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de administração da Companhia em 19 de junho de 2023.

Possíveis efeitos do Coronavírus nas demonstrações financeiras

Os impactos macroeconômicos relacionados à pandemia COVID-19 estão refletidos nas estimativas e julgamentos realizados na preparação destas demonstrações financeiras.

Em síntese, além do impacto sanitário e às pessoas, o maior desses impactos está relacionado a taxa de juros, câmbio e conseqüentemente avaliação de ativos, passivos e resultado.

A Companhia monitora esses fatores, não identificando, em 31 de março de 2023, incertezas que pudessem afetar material e negativamente seu patrimônio ou colocar em risco as operações.

Conflito entre Rússia e Ucrânia

O conflito entre Rússia e Ucrânia tem impactado o cenário econômico global e, nesse contexto, setor sucroenergético, podendo afetar a disponibilidade e preço de insumos, principalmente de fertilizantes, petróleo e outras *commodities*.

A São Martinho acompanha a situação e adota medidas para otimização de seus recursos, proteção das receitas e garantia de insumos para seus processos produtivos.

Gestão de riscos climáticos

Assim como outras empresas do agronegócio e produtores rurais, a São Martinho está sujeita a riscos climáticos, dentre eles o risco de secas prolongadas, geadas e incêndios. Para mitigar os impactos desses fenômenos, a Companhia realiza o monitoramento constante desses riscos, bem como adota medidas mitigatórias, caso venham a ocorrer.

2. Resumo das principais políticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais do relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

As referidas demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e ajustados para refletir o custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição para IFRS/CPC, exceto por determinados instrumentos financeiros derivativos e ativos biológicos mensurados pelos seus valores justos, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir.

A Companhia apresenta os dividendos recebidos de suas controladas nas atividades de investimentos do seu fluxo de caixa por considerá-los retorno dos investimentos realizados.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.2 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício findo em 31 de março de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- **Alteração ao IAS 1/CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis:** emitida em maio de 2020, com o objetivo esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um *waiver* ou quebra de *covenant*). As alterações também esclarecem o que se refere "liquidação" de um passivo à luz do IAS 1. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. As alterações do IAS 1 têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2024, no caso da Companhia, a partir e 1º de abril de 2024.
- **Alteração ao IAS 1/CPC 26 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis:** em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

partir de 1º de janeiro de 2023, no caso da Companhia, a partir de 1º de abril de 2023.

- **Alteração ao IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023, no caso da Companhia, a partir de 1º de abril de 2023.
- **Alteração ao IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023, no caso da Companhia, a partir de 1º de abril de 2023.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

2.3 Base de consolidação e investimentos em controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle e, são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle, sua consolidação é interrompida.

Os saldos consolidados nas demonstrações financeiras atuais representam 100% da participação no capital social das seguintes empresas:

Empresa	Atividades principais
São Martinho Terras Agrícolas S.A. ("SM Terras Agrícolas")	Exploração das terras por meio de arrendamento e parceria agrícola, locação e venda de imóveis.
São Martinho Terras Imobiliárias S.A. ("SM Terras Imobiliárias") (i)	Venda e compra de imóveis, incorporação e exploração de empreendimentos imobiliários e minerários.
Bioenergética São Martinho S.A. ("Bio SM")	Cogeração de energia elétrica.
Bioenergética Santa Cruz S.A. ("Bio SC")	Cogeração de energia elétrica.
Bioenergética Boa Vista S.A. ("Bio BV")	Cogeração de energia elétrica.
Bioenergia São Martinho ("Bioenergia SM")	Cogeração de energia elétrica.
São Martinho Logística e Participações S.A. ("SM Logística")	Armazenagem de produtos em geral.
São Martinho Inova S.A. ("SM Inova")	Participação em sociedades.

- (i) SM Terras Imobiliárias inclui suas controladas que possuem atividades de incorporação e exploração de empreendimentos imobiliários, constituídas através de SPEs (Sociedades de Propósitos Específicos).

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.5 Conversão em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado, exceto quando diferidos no patrimônio como operações de *hedge* de fluxo de caixa qualificadas.

2.6 Instrumentos financeiros

A Companhia adota o IFRS 9 (CPC 48) Instrumentos Financeiros (exceto os itens relacionados a contabilidade de *hedge*), onde classifica seus ativos financeiros em: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

O cálculo de *impairment* dos instrumentos financeiros é realizado utilizando o conceito híbrido de "perdas de crédito esperadas e incorridas", exigindo um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito. Referidas provisões serão mensuradas em: (i) perdas de crédito esperadas para 12 meses, (ii) perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro e (iii) perdas de créditos incorridas pela incapacidade de realização dos pagamentos contratuais do instrumento financeiro.

Para contabilidade de *hedge*, a Companhia continua adotando os requerimentos da IAS 39/CPC 38, conforme facultado pela IFRS 9.

a) Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são classificados como: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado. A mensuração dos ativos financeiros depende de sua classificação.

b) Passivos Financeiros

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, arrendamentos, parceria agrícola, partes relacionadas e outras contas a pagar, que são classificados como custo amortizado. Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

c) Instrumentos financeiros derivativos

Derivativos são mensurados pelo valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado, exceto quando o derivativo for designado como *hedge accounting*.

A Companhia documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, com o objetivo da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*.

As variações no valor justo dos derivativos designados como *hedge* efetivo de fluxo de caixa, tem seu componente eficaz registrado contabilmente no patrimônio líquido ("Ajuste de avaliação patrimonial") e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício ("Resultado financeiro"). Os valores acumulados no patrimônio líquido são realizados na demonstração do resultado nos exercícios em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado, cujos efeitos são apropriados ao resultado, na rubrica "Receita líquida de vendas", de modo a minimizar as variações do objeto do *hedge*.

2.7 Combinações de negócios e ágio

Combinações de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição.

O ágio é inicialmente mensurado pelo custo no valor que exceder: (a) a contraprestação transferida em troca do controle da adquirida; (b) o valor de qualquer participação não controladora na adquirida; e (c) o valor justo da participação anteriormente mantida pelo adquirente na adquirida (se houver) que exceder os valores, na data da aquisição, líquidos dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos, avaliados a valor justo. Se, após a reavaliação, a participação da São Martinho no valor justo dos ativos identificáveis líquidos adquiridos exceder (a), (b) e (c) anteriores, o excedente é reconhecido imediatamente no resultado como ganho decorrente de compra vantajosa.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O ágio correspondente a entidades incorporadas é apresentado na rubrica específica "Intangível" no balanço patrimonial da controladora e consolidado.

Em cada combinação de negócios, o adquirente deve mensurar qualquer participação de não controladores na adquirida pelo valor justo dessa participação ou pela parte que lhes cabe no valor justo dos ativos identificáveis líquidos da adquirida.

Custos de aquisição incorridos são contabilizados como despesas

Ao adquirir um negócio, a São Martinho avalia os ativos e os passivos financeiros assumidos para sua correta classificação e designação, em conformidade com os termos do contrato, circunstâncias econômicas e condições pertinentes na data de aquisição. Isso inclui a separação de derivativos embutidos nos contratos principais por parte da adquirida.

Se a combinação de negócios for realizada em etapas, o valor contábil na data de aquisição da participação anteriormente detida pela adquirente na adquirida é mensurado novamente na data da aquisição a valor justo por meio do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é registrado ao custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas no valor recuperável. Para o teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da São Martinho que devem ser beneficiadas pela combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

3. Principais usos de estimativas e julgamentos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As estimativas e julgamentos que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contemplados a seguir:

a) Perda (*impairment*)

Anualmente, a São Martinho testa eventuais perdas (*impairment*) nos ágios. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela administração (Nota 12).

b) Valor justo dos ativos biológicos

Representa o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para estes ativos, o qual é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados (Nota 7).

c) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A São Martinho reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no exercício em que o valor definitivo for determinado.

d) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. As premissas de tais técnicas se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço, quando for possível. No entanto, quando isso não for viável, é necessário um nível de julgamento para apuração do valor justo, em relação a dados como liquidez, risco de crédito e volatilidade.

e) Provisão para contingências

A São Martinho é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da diretoria, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

f) Taxa incremental dos arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar

Os direitos de uso e passivos de arrendamentos e parceria agrícola são mensurados ao valor presente com base em fluxos de caixa descontados por meio de taxa incremental de empréstimo. Essa taxa média ponderada de empréstimo envolve estimativa, uma vez que consiste na taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para levantar os fundos necessários para obter um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes e em função do risco de crédito da arrendatária, do prazo do contrato e das garantidas oferecidas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor.

	Controladora			Consolidado		
	Rendimento anual	2023	2022	Rendimento anual	2023	2022
Caixa e bancos - no Brasil		1.520	142		2.586	171
Caixa e bancos - no exterior (dólar norte-americano)	2,9%	21.454	114.732	2,9%	21.454	114.732
Aplicações financeiras						
· Aplicações em moeda estrangeira (i)	4,4%	249.368	-	4,4%	249.368	-
Total de caixa e equivalentes de caixa		272.342	114.874		273.408	114.903
Aplicações financeiras						
· Fundo de investimento	102,7% CDI	2.404.356	2.459.996	102,7% CDI	2.566.036	2.653.534
· CDB	103,5% CDI	238.837	203.685	103,5% CDI	238.837	204.330
· Outros (ii)	96,2% CDI	38.497	11.374	96,2% CDI	38.497	11.374
Total de aplicações financeiras		2.681.690	2.675.055		2.843.370	2.869.238
Total de caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras		2.954.032	2.789.929		3.116.778	2.984.141
No ativo não circulante		38.497	11.374		38.497	11.374
Total de recursos disponíveis		2.915.535	2.778.555		3.078.281	2.972.767

(i) Time Deposits (TD).

(ii) Recursos dados em garantia para operações de financiamento junto ao BNDES e corretoras com restrição de resgate até o vencimento dos contratos.

5. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas pelo valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável.

O saldo de contas a receber de clientes está composto da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Clientes mercado interno	92.808	56.901	149.628	128.355
Clientes mercado externo	166.711	125.059	166.711	125.059
(-) Perda esperada em créditos de liquidação duvidosa	(26)	(82)	(743)	(835)
	259.493	181.878	315.596	252.579
Ativo circulante	(259.493)	(181.878)	(274.904)	(225.707)
Ativo não circulante	-	-	40.692	26.872

O saldo das contas a receber por data de vencimento está assim apresentado:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
A vencer:	259.458	181.719	315.177	252.248
Vencidas e não provisionadas:				
até 30 dias	1	7	92	41
acima de 31 dias	34	152	327	290
	259.493	181.878	315.596	252.579

Do saldo a receber, R\$ 1.987 e R\$ 397 na Controladora e Consolidado, respectivamente (R\$ 1.833 e R\$ 1.284, Controladora e Consolidado em 31 de março de 2022, respectivamente) referem-se a partes relacionadas, conforme detalhado na nota 9.

6. Estoques e adiantamentos a fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Circulante				
Produtos acabados e em elaboração	98.396	290.998	98.396	290.997
Matéria-prima - Milho (i)	251.944	-	251.944	-
Matéria-prima - Soja	1.558	-	1.558	-
Adiantamentos - compras de cana-de-açúcar	45.235	75.449	45.235	75.449
Adiantamentos - compras de insumos e produtos acabados	76.593	184.909	76.593	184.909
Renovabio - CBIOS (ii)	4.209	16.603	4.209	16.603
Loteamentos - Terrenos	-	-	6.174	5.845
Insumos, materiais auxiliares para manutenção e outros	210.009	190.773	210.009	190.773
	687.944	758.732	694.118	764.576
Não circulante				
Adiantamentos - compras de cana-de-açúcar	224.678	146.986	224.678	146.986
	224.678	146.986	224.678	146.986
	912.622	905.718	918.796	911.562

Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, ajustados, quando necessário, por provisão para redução aos valores de realização. Os estoques de terrenos (Loteamentos) referem-se aos empreendimentos imobiliários e são apresentados pelo custo de aquisição acrescido de mais-valia do custo atribuído (*deemed cost*).

- (i) Refere-se à matéria-prima adquirida para produção na planta de etanol de milho, que teve início em março de 2023, conforme mencionado no contexto operacional (Nota 1).
- (ii) Em 31 de março de 2023, existiam 60 mil CBIOS escriturados e registrado a valor realizável líquido (249 mil CBIOS em 31 de março de 2022).

7. Ativos biológicos

Os ativos biológicos correspondem aos produtos agrícolas em desenvolvimento (cana em pé) produzidos nas lavouras de cana-de-açúcar (planta portadora), que serão utilizadas como matéria-prima na produção de açúcar e etanol no momento

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

da sua colheita. Esses ativos são mensurados pelo valor justo menos as despesas de vendas.

A mensuração a valor justo do ativo biológico está classificada como nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

O valor justo dos ativos biológicos foi determinado utilizando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando basicamente:

- a) Entradas de caixa obtidas pela multiplicação de: (i) produção estimada, medida em quilos de ATR (Açúcar Total Recuperável); e do (ii) preço de mercado futuro da cana-de-açúcar, o qual é estimado com base em dados públicos e estimativas de preços futuros do açúcar e do etanol; e
- b) Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais) até a colheita; (ii) custos com a colheita/Corte, Transbordo e Transporte - CTT; (iii) custo de capital (terras, máquinas e equipamentos); (iv) custos de arrendamento e parceria agrícola; e (v) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo.

As principais premissas foram utilizadas na determinação do referido valor justo:

Controladora e Consolidado	2023	2022
Área total estimada de colheita (ha)	244.695	242.241
Quantidade de Açúcar Total Recuperável "ATR" por hectare	11,45	11,50
Preço médio projetado de ATR (R\$)	1,11	1,09

Nas demonstrações financeiras atuais, a taxa de desconto utilizada para cálculo do valor justo dos ativos biológicos é de 12,1% a.a. (10,3% a.a. em 31 de março de 2022).

Com base na estimativa de receitas e custos, a Companhia determina os fluxos de caixa descontados a serem gerados e traz os correspondentes valores a valor presente, considerando uma taxa de desconto, compatível para remuneração do investimento nas circunstâncias. As variações no valor justo são registradas na rubrica de ativos biológicos e tem como contrapartida a sub-conta "Variação no valor justo dos ativos biológicos", na rubrica "Custo dos produtos vendidos" no resultado do exercício.

A movimentação do valor justo dos ativos biológicos durante o exercício é a seguinte:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora e Consolidado	2023	2022
Custo histórico	1.263.787	1.040.629
Valor justo	(44.506)	(51.089)
Saldo inicial de ativos biológicos:	1.219.281	989.540
Aumentos decorrentes de tratos	883.054	731.317
Transferência do imobilizado	206.519	340.871
Variação no valor justo	(146.677)	24.004
Reduções decorrentes da colheita	(1.001.609)	(866.451)
Saldo final de ativos biológicos:	1.160.568	1.219.281
Composto por:		
Custo histórico	1.351.751	1.263.787
Valor justo	(191.183)	(44.506)
Saldo final de ativos biológicos:	1.160.568	1.219.281

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas às variações decorrentes de mudanças climáticas, pragas, doenças e incêndios florestais e outras forças naturais. Por consequência dessas exposições, o resultado das safras futuras podem ser afetados, aumentados ou reduzidos.

Análise de sensibilidade do valor justo

A Companhia avaliou o impacto sobre o valor justo do ativo biológico em 31 de março de 2023, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos das seguintes variáveis: (i) preço da tonelada de cana-de-açúcar e (ii) volume de produção de cana-de-açúcar. As demais variáveis de cálculo permanecem inalteradas. Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 5% no preço da tonelada de cana resultaria em um aumento ou redução de R\$ 104.523. Com relação ao volume de produção, uma variação (para mais ou para menos) de 5%, resultaria em um aumento ou redução de R\$ 98.212.

8. Tributos a recuperar

A composição dos saldos de tributos a recuperar é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Circulante				
PIS / COFINS (i)	139.922	52.683	139.963	52.768
ICMS (ii)	69.950	6.252	69.969	6.282
Reintegra	2.782	-	2.782	-
Outros	1.316	1.223	1.539	1.253
	213.970	60.158	214.253	60.303
Não Circulante				
PIS / COFINS (i)	116.394	119.286	116.394	119.286
ICMS (ii)	94.783	38.763	97.151	39.891
IOF sobre derivativos	9.701	9.076	9.701	9.076
INSS	7.430	6.923	7.430	6.923
Reintegra	-	1.991	-	1.991
Outros	-	677	-	677
	228.308	176.716	230.676	177.844
	442.278	236.874	444.929	238.147

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As variações no exercício referem-se substancialmente a:

- (i) Redução a zero na alíquota de PIS e Cofins sobre a comercialização de etanol, conforme Lei Complementar 194. A utilização de parte dos créditos será efetuada por meio de compensação com outros tributos federais.
- (ii) Aquisição de imobilizados para a planta de etanol de milho e planta de cogeração UTE fase II. Adicionalmente, crédito outorgado de ICMS do etanol conforme a Emenda Constitucional 123/22. O montante contabilizado foi de R\$ 56.609 na rubrica de receitas líquidas – redução na despesa de ICMS (nota 27), sendo que para este montante foi constituída reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido (nota 18(d)).

Os saldos de tributos a recuperar advêm das transações mercantis e de antecipações.

9. Partes relacionadas

a) Saldos da Controladora e do Consolidado:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Ativo circulante				
Contas a receber (i)				
Bio BV	1.188	105	-	-
Bio SM	303	222	-	-
Bio SC	16	10	-	-
SM Terras Imobiliárias	27	120	-	-
SM Terras Agrícolas	12	182	-	-
CTC - Centro de Tecnologia Canaveira S.A.	-	870	-	991
Outros	441	324	397	293
	1.987	1.833	397	1.284
Ativo não circulante				
Outros ativos				
Luiz Ometto Participações S.A. (nota 17)	19.590	-	19.590	-
	19.590	-	19.590	-
Passivo circulante				
Fornecedores				
SM Terras Agrícolas	16.316	5.899	-	-
SM Terras Imobiliárias	1.782	296	-	-
Bio SC	140	191	-	-
CTC - Centro de Tecnologia Canaveira S.A.	210	477	210	477
Outros	15	58	15	58
	18.463	6.921	225	535
Aquisição de participação societária				
Luiz Ometto Participações S.A. (nota 17)	11.571	3.669	11.571	3.669
	11.571	3.669	11.571	3.669
Passivo circulante e não circulante				
Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar				
De acionistas e partes relacionadas	612.986	515.136	508.779	515.136

- (i) Referem-se substancialmente ao rateio das despesas com o Centro de Serviços Compartilhados e venda de vapor.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Transações relevantes da Controladora e do Consolidado no exercício:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita de vendas				
Bio BV	11.366	10.184	-	-
Bio SM	7.862	7.385	-	-
Bio SC	5.932	6.411	-	-
	25.160	23.980	-	-
Despesas reembolsadas/Receita de arrendamento (Compras de produtos e serviços)				
SM Terras Agrícolas	(73.135)	(98.159)	-	-
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.	(23.200)	(27.571)	(21.919)	(29.080)
SM Terras Imobiliárias	(34.863)	(3.957)	-	-
Bio SC	(877)	(1.154)	-	-
Bio BV	206	33	-	-
Bio SM	82	61	-	-
	(131.787)	(130.747)	(21.919)	(29.080)
Acionistas e partes relacionadas				
Compra de cana-de-açúcar / arrendamento de terras / despesas reembolsadas				
Agro Pecuária Boa Vista S/A	(60.003)	(59.349)	(60.003)	(59.349)
Outros	(16.360)	(22.233)	(16.649)	(22.406)
	(76.363)	(81.582)	(76.652)	(81.755)

As receitas de vendas referem-se à venda de vapor, enquanto que as compras de produtos e serviços são provenientes de aquisição de cana-de-açúcar, energia elétrica, serviço de industrialização de vapor e *royalties*. As despesas reembolsadas por controladas ou partes relacionadas referem-se a gastos rateados de serviços administrativos. As transações com partes relacionadas estão suportadas por contratos e em condições estabelecidas entre as partes.

c) Remuneração dos Administradores:

A remuneração paga (ou a pagar) está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Remuneração fixa, variável e benefícios	35.643	44.160	37.919	46.263
Contribuições previdenciárias e sociais	6.890	10.502	7.291	10.879
Total da remuneração e encargos	42.533	54.662	45.210	57.142

A São Martinho possui um programa de opções virtuais de compra de ações aos diretores da Companhia também extensivo aos gerentes. Referido programa rege pela liquidação em caixa da diferença positiva entre o valor de mercado no dia anterior ao exercício *versus* o preço fixado em cada programa.

Em 12 de dezembro de 2022, o Conselho de Administração aprovou a outorga de 1.463.211 novas opções, através do 14º Plano de Opções de Compra de Ações, cujo regulamento segue as características dos demais já existentes na Companhia.

O valor contábil do passivo nas demonstrações financeiras atuais referente ao cálculo do valor justo do Plano de Opções Virtuais é de R\$ 12.556 (R\$ 36.496 em 31 de março de 2022).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os saldos dos planos de opções virtuais emitidos e sua movimentação na data das demonstrações financeiras atuais estão demonstrados a seguir:

Plano	8º Plano	9º Plano	10º Plano	11º Plano	12º Plano	13º Plano	14º Plano	Total
Data de concessão do plano	12/12/2016	02/05/2018	10/12/2018	09/12/2019	14/12/2020	13/12/2021	12/12/2022	
Data limite para exercício	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	
Quantidade opções virtuais outorgadas	727.273	882.074	1.133.513	1.072.712	754.980	563.175	1.463.211	6.596.938
Quantidade opções virtuais exercidas	(712.063)	(848.100)	(708.265)	(356.423)	(33.730)	-	-	(2.658.581)
Saldo opções virtuais a exercer	15.210	33.974	425.248	716.289	721.250	563.175	1.463.211	3.938.357
Preço do exercício (R\$)	17,70	17,76	19,07	19,38	24,22	37,17	27,44	

As opções virtuais para cada um dos planos poderão ser exercidas após os seus respectivos períodos de carência que, regra geral, observam a seguinte sistemática: 1/3 após 2º ano da outorga, 1/3 após o 3º ano da outorga e 1/3 após o 4º ano da outorga, todas com prazo limite conforme estabelecido em cada plano. Os valores limites aprovados em AGO se referem às opções virtuais a serem outorgadas naquele exercício.

10. Investimentos

O saldo de investimentos da Controladora e Consolidado em outras sociedades é composto como segue:

Empresa	% de participação	Patrimônio líquido		Valor contábil do investimento		Resultado com equivalência patrimonial	
						Controladora	
		2023	2022	2023	2022	2023	2022
Classificados no Investimento							
SM Terras Agrícolas	100,00%	839.802	837.044	839.802	837.044	69.758	96.115
SM Terras Imobiliárias	100,00%	686.649	687.891	686.996	688.238	32.709	50.866
Bio SC	100,00%	47.593	62.059	58.726	78.933	27.692	50.573
SM Inova	100,00%	42.361	39.486	42.361	39.486	5.029	7.202
Bio BV	100,00%	32.123	42.415	32.123	42.415	43.459	36.964
Bioenergia SM	100,00%	31.189	31.070	31.189	31.070	119	837
Bio SM	100,00%	27.805	33.358	27.805	33.358	27.197	14.219
SM Logística	100,00%	1.097	1.015	1.096	1.015	81	(1.557)
Total classificados no Investimento		1.708.619	1.734.338	1.720.098	1.751.559	206.044	255.219

Empresa	% de participação	Patrimônio líquido		Valor contábil do investimento		Resultado com equivalência patrimonial	
						Consolidado	
		2023	2022	2023	2022	2023	2022
Classificados no Investimento							
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A. (i)	5,41%	862.600	822.949	46.705	44.558	4.950	7.256
Outros		-	-	1.093	1.007	83	102
Total classificados no Investimento		862.600	822.949	47.798	45.565	5.033	7.358

(i) Conforme disciplina o item 16 do CPC 18 (R2), a participação no CTC é contabilizada aplicando o método da equivalência patrimonial, uma vez que a Companhia possui influência significativa sobre a investida.

Não existem participações recíprocas entre a controladora e as investidas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação dos investimentos durante o exercício foi a seguinte:

Movimentações dos investimentos	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Saldo no início do exercício	1.751.559	1.486.725	45.565	39.951
Resultado de equivalência patrimonial	206.044	255.219	5.033	7.358
Integralização de capital	-	30.000	-	-
Dividendos distribuídos	(237.600)	(178.143)	(2.899)	(1.394)
Demais reflexos de investimentos	95	157.758	99	(350)
Saldo no final do exercício	1.720.098	1.751.559	47.798	45.565

11. Imobilizado

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear, onde para os equipamentos de produção é utilizado o método de depreciação acelerada, respeitando o período de moagem.

Gastos com manutenção que implicam em prolongamento da vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado são capitalizados, e itens que se desgastam durante a safra são ativados por ocasião da reposição respectiva e depreciados durante o período da safra seguinte. Gastos com manutenção sem impacto na vida útil econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados. Os itens substituídos são baixados.

Lavouras de cana-de-açúcar correspondem às plantas portadoras (*bearer plants*) que são exclusivamente utilizadas para cultivar a cana-de-açúcar. A cana-de-açúcar é classificada como cultura permanente, cujo ciclo produtivo economicamente viável tem, em média, oito anos após o seu primeiro corte. Os custos dos encargos sobre empréstimos e financiamentos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para uso pretendido.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora	Terras	Edifícios e dependências	Equipamentos e instalações industriais	Veículos	Máquinas e implementos agrícolas	Lavoura de cana-de-açúcar	Obras em andamento	Outras imobilizações	Total
Saldos em 31 de março de 2021	96.099	416.133	1.340.871	297.824	438.676	1.375.872	160.366	46.955	4.172.796
Custo total	96.099	529.604	2.099.416	476.299	795.858	1.375.872	160.366	185.050	5.718.564
Depreciação acumulada	-	(113.471)	(758.545)	(178.475)	(357.182)	-	-	(138.095)	(1.545.768)
Valor residual	96.099	416.133	1.340.871	297.824	438.676	1.375.872	160.366	46.955	4.172.796
Aquisição	-	39	8.044	55.743	56.095	469.308	652.729	4.205	1.246.163
Gastos manutenção entressafra (i)	-	-	218.351	78.331	120.915	-	-	-	417.597
Transferência imobilizado/biológico	-	-	-	-	-	(340.871)	-	-	(340.871)
Custo da alienação	(53)	(42)	(18)	(2.429)	(5.701)	-	-	-	(8.243)
Transferências entre grupos	-	16.029	57.567	2.672	(8.238)	16.860	(88.368)	3.478	-
Depreciação	-	(13.431)	(260.017)	(96.540)	(149.592)	-	-	(11.227)	(530.807)
Saldos em 31 de março de 2022	96.046	418.728	1.364.798	335.601	452.155	1.521.169	724.727	43.411	4.956.635
Custo total	96.046	545.593	2.213.793	536.135	834.856	1.521.169	724.727	192.568	6.664.887
Depreciação acumulada	-	(126.865)	(848.994)	(200.535)	(382.701)	-	-	(149.157)	(1.708.252)
Valor residual	96.046	418.728	1.364.799	335.600	452.155	1.521.169	724.727	43.411	4.956.635
Aquisição	-	41	6.437	50.935	26.822	495.783	589.577	4.727	1.174.322
Gastos manutenção entressafra (i)	-	-	275.457	82.987	102.220	-	-	-	460.664
Transferência imobilizado/biológico	-	-	-	-	-	(206.519)	-	-	(206.519)
Custo da alienação	-	(3)	(22)	(949)	(4.092)	(30)	-	(3.301)	(8.397)
Transferências entre grupos	-	145.234	555.920	910	(19.516)	24.863	(708.605)	1.194	-
Depreciação	-	(14.553)	(333.233)	(107.903)	(135.846)	-	-	(10.897)	(602.432)
Saldos em 31 de março de 2023	96.046	549.447	1.869.358	361.580	421.743	1.835.266	605.699	35.134	5.774.273
Custo total	96.046	690.946	2.808.247	590.024	840.405	1.835.266	605.699	193.762	7.660.395
Depreciação acumulada	-	(141.499)	(938.889)	(228.444)	(418.662)	-	-	(158.628)	(1.886.122)
Valor residual	96.046	549.447	1.869.358	361.580	421.743	1.835.266	605.699	35.134	5.774.273
Valores Residuais :									
Custo histórico	24.759	491.206	1.708.364	346.264	406.565	1.835.266	605.699	35.134	5.453.257
Mais-valia	71.287	58.241	160.994	15.316	15.178	-	-	-	321.016
Taxas médias ponderadas anuais de depreciação/Transferência ativo biológico	-	3%	4%	7%	8%	14%	-	13%	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado	Terras	Edifícios e dependências	Equipamentos e instalações Industriais	Veículos	Máquinas e implementos agrícolas	Lavoura de cana-de-açúcar	Obras em andamento	Benfeitorias e outras imobilizações	Total
Saldos em 31 de março de 2021	1.814.977	419.482	1.408.491	297.823	438.678	1.375.871	160.364	46.958	5.962.644
Custo total	1.814.977	535.840	2.201.628	476.300	795.859	1.375.871	160.364	185.062	7.545.901
Depreciação acumulada	-	(116.358)	(793.137)	(178.477)	(357.181)	-	-	(138.104)	(1.583.257)
Valor residual	1.814.977	419.482	1.408.491	297.823	438.678	1.375.871	160.364	46.958	5.962.644
Aquisição	5.764	39	8.044	55.743	56.095	469.308	680.522	4.205	1.279.720
Gastos manutenção entressafra (i)	-	-	219.526	78.330	120.915	-	-	-	418.771
Custo da alienação	(436)	(2.292)	(18)	(2.429)	(5.702)	-	-	-	(10.877)
Transferência Estoque para Vendas	(3.372)	-	-	-	-	-	-	-	(3.372)
Transferência ativo biológico	-	-	-	-	-	(340.871)	-	-	(340.871)
Transferências entre grupos	-	16.029	57.567	2.672	(8.238)	16.860	(88.368)	3.478	-
Depreciação	-	(13.557)	(263.889)	(96.540)	(149.592)	-	-	(11.228)	(534.806)
Saldos em 31 de março de 2022	1.816.933	419.701	1.429.721	335.599	452.156	1.521.168	752.518	43.413	6.771.209
Custo total	1.816.933	548.648	2.315.800	536.135	834.857	1.521.168	752.518	192.579	8.518.638
Depreciação acumulada	-	(128.947)	(886.079)	(200.536)	(382.701)	-	-	(149.166)	(1.747.429)
Valor residual	1.816.933	419.701	1.429.721	335.599	452.156	1.521.168	752.518	43.413	6.771.209
Aquisição	-	41	6.437	50.935	26.822	495.783	610.667	4.727	1.195.412
Gastos manutenção entressafra (i)	-	-	259.802	84.631	117.519	-	-	-	461.952
Custo da alienação	(178)	5	(22)	(949)	(4.093)	(30)	-	(3.301)	(8.568)
Transferência ativo biológico	-	-	-	-	-	(206.519)	-	-	(206.519)
Transferências entre grupos	-	145.234	555.920	910	(19.516)	24.863	(708.605)	1.193	(1)
Depreciação	-	(14.603)	(320.729)	(109.547)	(151.145)	-	-	(10.894)	(606.918)
Saldos em 31 de março de 2023	1.816.755	550.378	1.931.129	361.579	421.743	1.835.265	654.580	35.138	7.606.567
Custo total	1.816.755	694.006	2.909.759	590.024	840.407	1.835.265	654.580	193.775	9.534.571
Depreciação acumulada	-	(143.628)	(978.630)	(228.445)	(418.664)	-	-	(158.637)	(1.928.004)
Valor residual	1.816.755	550.378	1.931.129	361.579	421.743	1.835.265	654.580	35.138	7.606.567
Valores Residuais :									
Custo histórico	167.067	491.298	1.756.694	346.263	406.565	1.835.265	654.580	35.138	5.692.870
Mais-valia	1.649.688	59.080	174.435	15.316	15.178	-	-	-	1.913.697
Taxas médias ponderadas anuais de depreciação/Transferência ativo biológico	-	3%	5%	7%	9%	14%	-	13%	

(i) Gastos com manutenção entressafra alocados entre as classes para melhor apresentação dos saldos (2022 ajustado também dessa forma para fins de comparação).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conforme mencionado na Nota 1, durante o exercício findo em 31 de março de 2023, foram iniciadas as operações da planta de etanol de milho, e conseqüentemente houve a transferência do saldo de "Obras em Andamento" para as respectivas classes de ativos.

O montante alocado em "Obras em Andamento" refere-se principalmente à construção da planta de cogeração UTE fase II.

Em função de alguns empréstimos e financiamentos da São Martinho, bens do ativo imobilizado no montante consolidado de R\$ 867.188 encontram-se gravados em garantia dos credores, sendo que R\$ 32.364 se referem a imóveis rurais (1.243 hectares de terras).

A São Martinho capitalizou encargos financeiros durante o exercício no montante de R\$ 11.574 (R\$ 8.658 em 31 de março de 2022).

12. Intangível

As relações contratuais têm vida útil definida e sua amortização é calculada com base na quantidade colhida de cana-de-açúcar durante o prazo do contrato com o parceiro ou fornecedor.

Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. O ágio é testado anualmente para verificar tais perdas (*impairment*).

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Ágio rentabilidade futura (i)	374.632	374.632	374.632	374.632
Software	43.438	41.820	43.438	41.820
Amortização acumulada	(34.586)	(32.895)	(34.586)	(32.895)
Software em andamento - SAP S/4HANA	36.452	20.107	36.452	20.107
Direitos sobre contratos de cana-de-açúcar (ii)	42.443	42.443	42.443	42.443
Amortização direitos sobre contratos de cana-de-açúcar (ii)	(24.610)	(23.545)	(24.610)	(23.545)
Direitos sobre contratos de energia-custo (iii)	-	-	103.401	103.401
Amortização direitos sobre contratos de energia (iii)	-	-	(90.068)	(81.518)
Outros ativos	1.366	1.326	13.023	12.868
	439.135	423.888	464.125	457.313

- (i) Ágio relativo à combinação de negócios de anos anteriores de empresas incorporadas pela Companhia;
- (ii) Refere-se à aquisição de direito sobre contratos de parceria agrícola e fornecimento de cana-de-açúcar;
- (iii) Refere-se ao valor justo dos contratos de fornecimento de energia elétrica da Bio SC, vigentes até 2025 (combinação de negócios).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros

De acordo com as disposições do CPC 01 (IAS 36) – Redução ao Valor recuperável de ativos, ágio, ativo imobilizado e ativo intangível são submetidos a testes de perda no valor recuperável sempre que eventos ou alterações em circunstâncias indicarem que seu valor contábil poderá não ser recuperado.

Ágio e ativo intangível de vida útil indefinida são submetidos a testes de perda no valor recuperável pelo menos uma vez ao ano ou mais frequentemente, se houver indícios de perda de valor. Os testes anuais de perda no valor recuperável são realizados no final do mês de março. A fim de determinar se houve perda no valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (“UGC”), que correspondem aos menores grupos de ativos geradores de fluxos de caixa claramente independentes daqueles gerados por outras UGC.

Em 31 de março de 2023, a Companhia realizou a avaliação do valor recuperável dos ativos de longo prazo. A avaliação foi realizada com base em cálculos do valor em uso de cada unidade geradora de caixa. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do setor no qual a unidade geradora de caixa atua.

As principais premissas e estimativas envolvidas são a estimativa dos preços de venda de açúcar e etanol, custos relacionados à energia e outros dados macroeconômicos.

Principais premissas utilizadas pela Companhia (dados de 31 de março de 2023):

Unidades Geradoras de Caixa	Taxa de crescimento nominal para perpetuidade	Taxa de desconto nominal
Unidade produtiva São Martinho	5,00%	12,33%
Unidade produtiva Santa Cruz	5,00%	12,33%

Os efeitos da Pandemia do Coronavírus (Covid-19) não trouxeram impactos significantes nas estimativas utilizadas na avaliação dos valores recuperáveis.

13. Direito de uso, Arrendamentos a pagar e Parcerias Agrícolas a pagar

A Companhia adota o IFRS 16 (CPC 06 (R2)) - Arrendamentos que estabelece um modelo único de contabilização de arrendamentos e parcerias agrícolas no balanço patrimonial. O direito de uso do ativo é reconhecido como um ativo e a obrigação dos pagamentos como um passivo. Adicionalmente, em atenção a Deliberação CVM nº 859, a Companhia declara que não ocorreram alterações e/ou reavaliações em seus contratos de arrendamento em consequência da pandemia COVID-19.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A seguir, algumas definições:

Arrendamento

A Companhia e suas controladas consideram arrendamento todo contrato que, mediante contraprestação, lhe transferem o direito de controlar o uso de um ativo por determinado período. Dessa forma, os contratos de parceria agrícola foram contabilizados no escopo da norma contábil, não obstante tenham natureza jurídica diversa aos arrendamentos.

Arrendatária

A Companhia adotou a abordagem simplificada de efeito cumulativo e os seguintes critérios: (i) passivo: saldos remanescentes dos contratos vigentes na data da adoção inicial, líquidos dos adiantamentos realizados e descontados pela média de cotação de contratos futuros da DI (cupom de juros nominal) com prazos equivalentes aos contratos de parceria e arrendamento; e (ii) ativo: valor equivalente ao passivo ajustado a valor presente. A remensuração do direito de uso e do saldo a pagar é realizada no final de exercício, com base na atualização do Índice Consecana.

Não foram reconhecidos ativos e passivos para contratos de baixo valor (computadores, telefones e equipamentos de informática em geral) e/ou vigência limitada a 12 meses. Os pagamentos associados a esses contratos foram registrados como despesa pelo método linear.

Arrendadora

Não houve alteração na forma de contabilização de contratos em que a Companhia figura como arrendadora.

a) Movimentação Direito de Uso

Direito de uso	Controladora e Consolidado			
	Veículos	Parceria agrícola	Arrendamento agrícola	Total
Saldos em 31 de março de 2021	16.498	1.415.829	437.069	1.869.396
Novos contratos	-	397.710	18.979	416.689
Atualização contratual	6.525	20.873	44	27.442
Baixas	(3.757)	(21.473)	(4.749)	(29.979)
Depreciação	(14.827)	(248.715)	(45.739)	(309.281)
Remensuração anual	-	888.240	221.805	1.110.045
Saldos em 31 de março de 2022	4.439	2.452.464	627.409	3.084.312
Novos contratos	34.001	229.302	148.235	411.538
Atualização contratual	-	107.279	-	107.279
Baixas	(9.421)	(65.383)	(552)	(75.356)
Depreciação	(7.925)	(420.366)	(98.577)	(526.868)
Remensuração anual	-	(69.716)	(5.864)	(75.580)
Saldos em 31 de março de 2023	21.094	2.233.580	670.651	2.925.325
Vida útil (anos)	1 a 2	2 a 29	2 a 20	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Movimentação Arrendamentos a pagar e Parceria agrícola

Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar	Controladora e Consolidado		
	Arrendamentos a pagar	Parceria agrícola	Total
Saldos em 31 de março de 2021	473.950	1.438.682	1.912.632
Compensação de adiantamentos	-	(41.071)	(41.071)
Adições por novos contratos	18.979	397.710	416.689
Atualização contratual	6.569	20.873	27.442
Baixas	(10.208)	(21.775)	(31.983)
Pagamentos efetuados	(127.754)	(397.657)	(525.411)
Apropriação encargos financeiros	38.192	100.316	138.508
Remensuração	221.805	888.240	1.110.045
Saldos em 31 de março de 2022	621.533	2.385.318	3.006.851
Compensação de adiantamentos	-	(18.789)	(18.789)
Novos contratos	182.236	229.302	411.538
Atualização contratual	-	107.279	107.279
Baixas	(14.698)	(72.686)	(87.384)
Pagamentos efetuados	(152.322)	(424.997)	(577.319)
Apropriação encargos financeiros	71.198	203.977	275.175
Remensuração	(5.864)	(69.716)	(75.580)
Saldos em 31 de março de 2023	702.083	2.339.688	3.041.771
Saldo no passivo circulante	115.855	569.854	685.709
Saldo no passivo não circulante	586.228	1.769.834	2.356.062
Saldos em 31 de março de 2023	702.083	2.339.688	3.041.771

Os saldos estimados de arrendamento a pagar e parceria agrícola a pagar no longo prazo têm a seguinte composição de vencimento:

Vencimento	Controladora e Consolidado
De 1º/04/2024 a 31/03/2025	600.752
De 1º/04/2025 a 31/03/2026	556.892
De 1º/04/2026 a 31/03/2027	495.859
De 1º/04/2027 a 31/03/2028	389.623
De 1º/04/2028 a 31/03/2029	309.465
De 1º/04/2029 a 31/03/2030	232.765
De 1º/04/2030 a 31/03/2031	204.025
A partir de 1º/04/2031	871.746
(-) Ajuste a valor presente	(1.305.065)
	2.356.062

No quadro abaixo é apresentado o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação dos arrendamentos:

Controladora e Consolidado	Arrendamento agrícola	Ajuste a valor presente
Contraprestação do arrendamento	1.086.568	363.245
PIS/COFINS potencial (9,25%)	(75.785)	(24.723)
31 de março de 2023	1.010.783	338.522

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A São Martinho chegou às suas taxas incrementais nominais, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado, para os prazos de seus contratos ajustadas a sua realidade econômica:

Controladora e Consolidado	
Vigência dos contratos	Taxa incremental
2 anos	8,48%
3 anos	8,75%
4 anos	8,69%
5 anos	8,71%
6 anos	9,84%
7 anos	10,22%
8 anos	9,96%
9 anos	9,34%
10 anos	10,79%
11 anos	9,23%
12 a 30 anos	10,21%

A Companhia, em plena conformidade com o IFRS 16, na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pela norma.

Adicionalmente, em atendimento ao Ofício Circular CVM 02/2019, são apresentadas abaixo as comparações nas rubricas do passivo de arrendamento e parceria agrícola, do direito de uso, da despesa de depreciação e da despesa financeira do período de doze meses findo em 31 de março de 2023 e os períodos futuros utilizando o fluxo de caixa descontado considerando a inflação futura projetada nos fluxos de pagamentos, descontados pelas taxas nominais acima apresentadas:

Controladora e Consolidado	De 1º/04/2024 a 31/03/2025	De 1º/04/2025 a 31/03/2026	De 1º/04/2026 a 31/03/2027	De 1º/04/2027 a 31/03/2028	De 1º/04/2028 a 31/03/2029	De 1º/04/2029 a 31/03/2034	De 1º/04/2034 a 31/03/2039	De 1º/04/2039 a 31/03/2044
Ativo direito de uso								
IFRS 16	2.366.393	1.944.742	1.549.676	1.202.730	939.805	281.534	67.764	-
Ofício CVM	3.288.029	2.716.890	2.185.524	1.717.504	1.356.300	426.587	109.357	-
	38,95%	39,70%	41,03%	42,80%	44,32%	51,52%	61,38%	n/a
Passivo arrendamento e parceria agrícola								
IFRS 16	2.272.179	1.850.358	1.459.060	1.118.756	864.846	271.873	59.384	-
Ofício CVM	3.172.440	2.625.727	2.114.408	1.663.078	1.314.493	520.879	147.476	-
	39,62%	41,90%	44,92%	48,65%	51,99%	91,59%	148,34%	n/a
Despesa com amortização								
IFRS 16	(537.836)	(421.652)	(395.066)	(346.946)	(262.925)	(658.271)	(213.770)	(67.764)
Ofício CVM	(736.210)	(571.139)	(531.366)	(468.020)	(361.204)	(929.713)	(317.231)	(35.540)
	36,88%	35,45%	34,50%	34,90%	37,38%	41,24%	48,40%	-47,55%
Despesa financeira								
IFRS 16	(173.023)	(168.273)	(164.856)	(155.812)	(136.899)	(486.213)	(187.321)	(96.573)
Ofício CVM	(247.794)	(229.058)	(225.718)	(214.569)	(189.352)	(785.880)	(286.844)	(163.904)
	43,21%	36,12%	36,92%	37,71%	38,32%	61,63%	53,13%	69,72%
	IFRS 16 (CPC 06)		Ofício CVM					
Despesa com amortização	(2.904.230)		(3.950.423)					
Despesa financeira	(1.568.970)		(2.343.119)					
	(4.473.200)		(6.293.542)					

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são nos respectivos vencimentos, demonstrados pelo valor amortizado.

Modalidade	Encargos anuais vigentes		Controladora		Consolidado	
	Taxa	Indexador	2023	2022	2023	2022
Em moeda nacional						
Linhas do BNDES	1,8%	+TJLP	105.197	123.886	105.197	123.886
Linhas do BNDES	3,5%	+IPCA	815.861	534.084	855.411	554.118
Linhas do BNDES (ii)	6,2%	PRÉ	164.777	177.352	164.777	177.352
FINEP	4,0%	PRÉ	23.641	43.905	23.641	43.905
Crédito Rural (iii)	8,0%	PRÉ	431.641	307.986	431.641	307.986
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA)	98,5%	CDI	929.719	1.160.354	929.719	1.160.354
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) (iv)	4,9%	+IPCA	551.500	526.839	551.500	526.839
Debêntures (v)	6,0%	+IPCA	2.197.001	1.596.996	2.197.001	1.596.996
International Finance Corporation (IFC)	1,5%	+CDI	312.571	306.672	312.571	306.672
Outros créditos securitizados	3,0%	+IGP-M/PRÉ	29	31	29	31
Total em moeda nacional	102,4%	CDI	5.531.937	4.778.105	5.571.487	4.778.139
Em moeda estrangeira						
Pré Pagamento de Exportação (PPE) (vi)	1,7%	Libor 6M	433.951	402.323	433.951	402.323
Pré Pagamento de Exportação (PPE)	1,6%	Sofr 6M	156.139	190.395	156.139	190.395
International Finance Corporation (IFC) (vii)	1,5%	Libor 6M	462.306	493.455	462.306	493.455
FINEM	2,5%	Cesta Moedas	-	4.037	-	4.037
Total em moeda estrangeira	5,5%		1.052.396	1.090.210	1.052.396	1.090.210
Total (i)			6.584.333	5.868.315	6.623.883	5.888.349
Saldo no passivo circulante			1.028.224	581.507	1.028.509	581.515
Saldo no passivo não circulante			5.556.109	5.286.808	5.595.374	5.306.834
			6.584.333	5.868.315	6.623.883	5.888.349

- (i) Os custos totais das dívidas em moeda nacional e estrangeira foram calculados com base na duração das carteiras e curvas DI e Libor na demonstração financeira atual.
- (ii) 66% do montante de empréstimo de Linhas do BNDES Pré-fixado está indexado a 53,5% DI via contrato de SWAP.
- (iii) 100% do montante de empréstimo de Crédito Rural está indexado a 72,95% DI via contrato de SWAP.
- (iv) 100% do montante de certificado de recebíveis do agronegócio (CRA) atrelado a IPCA+ está indexado a 117,8% DI via contrato de SWAP.
- (v) 25% do montante de Debêntures está indexado a DI+1,1% a.a., 23% está indexado a DI + 1,4% a.a. e 52% está indexado a 108,2% DI, via contrato de SWAP.
- (vi) 100% do montante de empréstimo de Pré Pagamento de Exportação (PPE) atrelado a LIBOR+ está indexado a DI+1,1% a.a. via contrato de SWAP.
- (vii) 50% do montante do empréstimo com o International Finance Corporation (IFC) está indexado a DI+1,15% a.a. e 50% está indexado a 5,0% taxa pré-fixada, via contrato de SWAP.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Na tabela a seguir, é demonstrada a movimentação dos empréstimos e financiamentos no exercício:

Movimentação da dívida	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Saldo no início do exercício	5.868.315	4.050.963	5.888.349	4.050.963
Captação de financiamentos	857.242	3.497.764	875.242	3.517.764
Amortização de principal	(494.266)	(1.610.883)	(494.266)	(1.610.848)
Pagamento de juros	(309.914)	(124.009)	(310.702)	(124.009)
Provisão de juros e atualização monetária	581.857	301.570	584.161	301.569
Variação cambial	81.099	(247.090)	81.099	(247.090)
Saldo no final do exercício	6.584.333	5.868.315	6.623.883	5.888.349

Os saldos de empréstimos e financiamentos no longo prazo tem a seguinte composição de vencimento:

	Controladora	Consolidado
De 1º/04/2024 a 31/03/2025	846.483	848.204
De 1º/04/2025 a 31/03/2026	733.774	735.556
De 1º/04/2026 a 31/03/2027	538.132	539.977
De 1º/04/2027 a 31/03/2028	243.733	245.643
De 1º/04/2028 a 31/03/2029	544.479	546.458
De 1º/04/2029 a 31/03/2030	388.840	390.889
De 1º/04/2030 a 31/03/2031	372.464	374.586
De 1º/04/2031 a 31/03/2032	838.519	840.717
De 1º/04/2032 a 31/03/2033	92.655	94.931
A partir de 1º/04/2033	957.030	978.413
	5.556.109	5.595.374

Nas demonstrações financeiras atuais R\$ 867.188 da dívida da São Martinho está onerada, sendo 96% equipamentos, veículos, edificações e dependências, aproximadamente 3% terras e menos de 1% recebíveis de comercialização de energia elétrica e aval corporativo.

Na data das demonstrações financeiras atuais, o valor contábil dos empréstimos e financiamentos da Companhia é próximo do valor justo. Os valores justos baseiam-se nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se uma taxa embasada na taxa de empréstimos de 12,3% a.a. (11,6% a.a. em 31 de março de 2022) e estão no nível 2 da hierarquia do valor justo.

Covenants

A Companhia possui contratos com cláusulas financeiras restritivas no montante de R\$ 4.687.353, as quais são exigidas e apuradas anualmente, estando em conformidade nas demonstrações financeiras atuais.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Cana-de-açúcar	37.120	55.931	19.022	49.736
Materiais, serviços e outros	257.559	356.725	262.289	365.346
	294.679	412.656	281.311	415.082

Dos totais a pagar para fornecedores, R\$ 18.463 na Controladora e R\$ 225 no Consolidado (em 31 de março de 2022 - R\$ 6.921 na Controladora e R\$ 535 no Consolidado) referem-se a partes relacionadas, conforme detalhado na nota 9.

16. Obrigações e Direitos com a Copersucar

No processo de desligamento da Copersucar, a Companhia celebrou um contrato prevendo direitos e obrigações que ainda perduram. As principais obrigações e direitos seguem reportados abaixo:

a) Obrigações:

A Copersucar disponibilizou recursos a seus cooperados durante o período de associação da Companhia, para financiamento de suas operações, mediante Letras de câmbio. Os recursos foram obtidos pela Cooperativa referente a sobras de caráter temporário e oriundas de liminares em processos judiciais pleiteando a suspensão da exigibilidade de tributos. Essas sobras de caixa são relacionadas a provisões para contingências registradas pela Cooperativa no passivo não circulante. Entretanto, na eventualidade de perda dos processos judiciais, a Companhia poderá ser requerida a devolver o valor em um prazo de até 120 dias.

Os principais valores contidos nessas obrigações são oriundos de IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados contestados judicialmente pela Cooperativa e de passivos tributários contidos no REFIS Copersucar, conforme abaixo indicado.

Controladora e Consolidado	2023	2022
REFIS - Copersucar - Atualizado pela variação da SELIC	21.341	32.867
Letra de Câmbio - Atualizado pela variação da SELIC	76.591	73.754
Letra de Câmbio - Repasse de recursos sem incidência de encargos	52.356	52.356
Despesas com processos tributários	23.937	12.753
Outros	2.300	2.300
	176.525	174.030
Passivo circulante	(13.539)	(12.753)
Passivo não circulante	162.986	161.277

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A totalidade das obrigações da Companhia com a Copersucar está garantida por fianças bancárias. Adicionalmente, nos termos negociados no desligamento da Copersucar, a Companhia é responsável pelo pagamento de obrigações, proporcionalmente à sua participação em safras anteriores na Copersucar, que venham a resultar de autuações fiscais que poderão surgir e que se refiram a períodos em que a Companhia era cooperada.

A Copersucar possui autuações com relação a ICMS incidente sobre as vendas de etanol carburante e industrial realizadas até 31 de dezembro de 2008, cuja parcela atribuída à Companhia em 31 de março de 2023 seria de aproximadamente R\$ 192 milhões. A Copersucar acredita dispor de argumentos sólidos para sustentar o sucesso das defesas das multas que lhes foram impostas em tais autuações e seus consultores jurídicos avaliam referidas causas como de risco de perda possível.

b) Direitos:

A Copersucar também é parte ativa em processos judiciais para restituição/indébito de diversos tributos ou indenizações. A Companhia, na condição de ex-cooperada, tem direito ao repasse proporcional dos eventuais créditos e informará ao mercado quando líquidos e certos.

Dentre os processos dos quais a Copersucar é parte ativa, destaca-se o que condenou a União a indenizar danos decorrentes da fixação de preços defasados em vendas de açúcar e etanol realizadas na década de 1980.

Em junho de 2017, foi expedido o 1º precatório de R\$ 5,6 bilhões (R\$ 730,5 milhões proporcionais à Companhia). Em junho de 2018, o precatório complementar no montante de R\$ 10,6 bilhões (R\$ 1,4 bilhão proporcional à Companhia). Discute-se ainda, R\$ 2,2 bilhões alegados pela União Federal (R\$ 286,3 milhões proporcionais à Companhia).

A Copersucar repassou à Companhia os valores recebidos da União referentes a este processo, conforme tabela abaixo.

	2019	2020	2021	2022	2023
Direitos Copersucar	Março/2019	Dezembro/2019	Setembro/2020	Outubro/2021	Outubro/2022
1º Precatório	906.287	1.059.956	1.083.223	1.174.400	1.346.041
Precatório Complementar	-	1.724.797	1.974.578	2.138.858	2.450.167
Precatórios Copersucar	906.287	2.784.753	3.057.801	3.313.258	3.796.208
Parcela SMSA	150.563	462.634	507.996	550.436	630.668
PIS/COFINS Retido Copersucar	(13.927)	(42.794)	(46.990)	(50.915)	(58.337)
Repasse Luiz Ometto Participações S.A.	(3.313)	(24.119)	(26.700)	(28.697)	(33.226)
Demais retenções e despesas	(26.824)	(46.665)	(51.266)	(55.348)	(63.489)
Outras receitas líquidas SMSA	106.499	349.056	383.040	415.476	475.616

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nos repasses, a Copersucar reteve parte dos recursos para discussão judicial de sua natureza indenizatória sobre incidência de PIS e COFINS, sob compromisso de repassá-los em caso de êxito. Em 31 de março de 2023 o saldo a receber da Copersucar é de R\$ 212.963 (R\$ 154.626 em 31 de março de 2022), registrados em "Outros ativos de longo prazo". A Companhia, alinhada à atuação da Copersucar, também propôs medida judicial para discussão do IRPJ/CSLL/PIS/COFINS com depósitos para suspender a exigibilidade desses tributos, provisionados no passivo, rubrica: "Tributos com exigibilidade suspensa".

Conforme previsto no Contrato de Compra e Venda das ações da Santa Cruz S.A. Açúcar e Alcool ("USC"), a Companhia repassou para Luiz Ometto Participações S.A., o montante de R\$ 116.055.

17. Aquisição e alienação de participação societária – valores a pagar e receber

O saldo refere-se à aquisição e alienação de participação societária e está composto como segue:

Controladora e Consolidado	Aquisição	Alienação	Saldo líquido
	Usina Santa Cruz	Agro Pecuária Boa Vista	
Saldo em 31 de março de 2021	(93.739)	78.451	(15.288)
Amortização do principal	31.210	(19.590)	11.620
Atualização monetária	(4.988)	4.398	(590)
Amortização de juros	4.772	(4.183)	589
Saldo em 31 de março de 2022	(62.745)	59.076	(3.669)
Amortização do principal	31.210	(19.590)	11.620
Atualização monetária	(6.996)	6.847	(149)
Amortização de juros	7.131	(6.914)	217
Saldo em 31 de março de 2023	(31.400)	39.419	8.019
Classificados como:			
Aquisição de participações societárias - passivo circulante			(11.571)
Outros ativos - ativo não circulante			19.590
			8.019

Os valores são corrigidos pelo CDI, sendo pagos anualmente. O cronograma de vencimento está detalhado na tabela abaixo:

	(Aquisição) / Alienação
Jan/2024	(11.571)
Jan/2025	19.590
	8.019

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

Nas demonstrações financeiras atuais, o capital social é de R\$ 3.161.384 (R\$ 2.681.571 em 31 de março de 2022) e está dividido em 354.011.329 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 372.000.000 (trezentos e setenta e dois milhões) de ações ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem caberá fixar as condições da emissão, inclusive preço e prazo de integralização.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de julho de 2022, os acionistas aprovaram um aumento de capital no montante de R\$ 479.813, mediante as capitalizações da Reserva de Orçamento de Capital de R\$ 397.880 e Reserva de Incentivos Fiscais de R\$ 81.933.

Em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 28 de julho de 2023, será proposto um aumento de capital no montante de R\$ 780.334, mediante as capitalizações da Reserva de Orçamento de Capital de R\$ 632.380 e Reserva de Incentivos Fiscais de R\$ 147.954.

b) Ações em tesouraria

Por se tratar de instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos, são reconhecidos ao custo de aquisição e reconhecidos em conta redutora do Patrimônio Líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento de instrumentos patrimoniais próprios da Companhia.

c) Ajustes de avaliação patrimonial

Deemed cost

Corresponde a mais valia de custo atribuído de terras, edificações e dependências, equipamentos e instalações industriais, veículos e máquinas e implementos agrícolas. Os valores estão registrados líquidos dos efeitos tributários, são realizados com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens e os montantes apurados da realização são transferidos para a rubrica "Lucros acumulados".

Valor justo de *hedge accounting*

Corresponde aos resultados de operações com instrumentos financeiros derivativos não realizadas/liquidadas, classificadas como *hedge accounting*. O referido saldo é revertido do patrimônio líquido em etapas, na proporção em que ocorreram os vencimentos/embarques das operações correlatas.

d) Reserva de lucros

Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

Reserva para orçamento de capital

A reserva para orçamento de capital está destinada aos investimentos na ampliação da capacidade produtiva e em diversos projetos de aperfeiçoamento de processos e capital de giro.

Em 31 de março de 2023, o montante de R\$ 632.380 se refere a projetos finalizados, cuja capitalização será proposta pelo Conselho de Administração na próxima Assembleia Geral da Companhia.

Reserva de lucros a realizar

Refere-se a resultados não realizados, sendo composta da venda da participação devida na Agro Pecuária Boa Vista S/A, venda de imóveis decorrentes de empreendimentos imobiliários e resultado de ganho por mudança de participação acionária.

Reserva de incentivos fiscais

A Companhia possui programa de incentivo fiscal estadual, junto ao Estado de Goiás na forma de diferimento do pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, denominado "Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás - Produzir", com redução parcial deste. A utilização do benefício está condicionada ao cumprimento de todas as obrigações fixadas no programa, cujas condições referem-se a fatores sob controle da Companhia.

O benefício relativo à redução no pagamento desse imposto é calculado sobre o saldo devedor apurado em cada período de apuração, mediante aplicação do percentual de desconto concedido pelo incentivo fiscal.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor da subvenção apurado no exercício foi registrado na demonstração do resultado na rubrica de “Deduções da receita bruta”, reduzindo a conta “ICMS a recolher”. Pela impossibilidade de destinação como dividendos, é constituída reserva para incentivos fiscais, em contrapartida à conta de Lucros Acumulados, no montante apurado da subvenção.

O valor destinado dos Lucros Acumulados para a rubrica de Reserva de Incentivos Fiscais que impactou o resultado nas demonstrações financeiras atuais foi de R\$ 169.867, na Controladora e Consolidado (R\$ 147.954 em 31 de março de 2022), sendo R\$ 113.258 referentes ao ICMS Produzir e R\$ 56.609 referentes ao crédito outorgado (nota 8).

e) Dividendos e juros sob capital próprio

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de julho de 2021, os acionistas ratificaram o pagamento de dividendos adicionais no montante de R\$ 197.459, conforme proposto pela diretoria no exercício encerrado em 31 de março de 2021.

Em reunião do Conselho de administração realizada em 8 de novembro de 2021, foi aprovada a antecipação de remuneração aos acionistas no montante bruto de R\$ 507.564, sendo R\$ 135.000 pagos através de juros sobre capital próprio e R\$ 372.564 através de antecipação de dividendos; da mesma forma, em reunião do Conselho de administração realizada em 20 de junho de 2022, foi aprovada a antecipação de remuneração aos acionistas no montante bruto de R\$ 115.000, pagos através de juros sobre capital próprio.

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de julho de 2022, os acionistas ratificaram o pagamento de dividendos adicionais no montante de R\$ 131.465, conforme proposto pela diretoria no exercício encerrado em 31 de março de 2022.

Em reunião do Conselho de administração realizada em 12 de dezembro de 2022, foi aprovada a antecipação de remuneração aos acionistas no montante bruto de R\$ 140.000, pagos através de juros sobre capital próprio.

A Companhia possui uma Política de Remuneração aos Acionistas (Dividendos) pela qual fica assegurado um dividendo e/ou juros sob capital próprio de, no mínimo 40% do lucro líquido caixa anual, conforme cálculo apresentado na tabela a seguir e também na carta financeira divulgada pela Companhia, ou 25% sobre o lucro líquido do exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados e da constituição da reserva legal, dentre eles o que for maior.

A distribuição mínima de 40% do lucro caixa poderá não ser adotada, por recomendação do Conselho de Administração, nas seguintes hipóteses:

- utilização de capital relevante em função de investimento em seus negócios, programa de recompra de ações e/ou eventuais fusões e aquisições;

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- indicadores de endividamento, tais como, dívida líquida/EBITDA ajustado superior a 2 vezes, apurada no encerramento do exercício, visando manter o grau de investimento pela S&P;
- mudanças fiscais; e
- destinação a reservas obrigatórias ou limitação à distribuição de parcela destas que alterem a capacidade de distribuição dos lucros.

A tabela abaixo demonstra os dividendos baseados na política de remuneração:

Cálculo Lucro Caixa	2023	2022
LAIR	1.193.612	1.939.241
IR/CS Contábil	(177.868)	(458.373)
Lucro Líquido do Exercício	1.015.744	1.480.868
Efeito não caixa do IFRS no LAIR	174.484	(113.339)
IR/CS Contábil	177.868	458.373
IR/CS Pago	(60.467)	(105.430)
Depósito Judicial (IR/CS IAA)	(192.400)	(167.893)
Ajuste do Ativo Biológico	176.167	(24.004)
Lucro Caixa	1.291.396	1.528.575
Política de Dividendos	524.068	639.029
Reserva de Lucros a Realizar	5.932	5.971
Total de Resultados a distribuir	530.000	645.000

A tabela a seguir, demonstra a proposta de destinação do lucro do exercício. A reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de junho de 2023, aprovou a proposta de distribuição adicional de dividendos no montante de R\$ 288.406 (R\$ 0,8326 por ação) a ser ratificada em Assembleia Geral Ordinária.

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	1.015.744	1.480.868
Constituição de reserva legal - 5%	(50.787)	(74.043)
Constituição de reserva de incentivos fiscais	(169.867)	(147.954)
Base de cálculo para distribuição de dividendos mínimos obrigatórios	795.090	1.258.871
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	198.773	314.718
Juros sobre o capital próprio, pagos	255.000	135.000
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	(36.889)	(18.853)
Dividendos mínimos obrigatórios, pagos	-	198.571
Dividendos antecipados	19.338	173.993
Realização de reserva de lucros a realizar, a pagar	5.932	5.971
Dividendos adicionais	269.068	131.465
Total	493.111	626.147
Dividendo por ação	1,4236	1,8077
Qtde de ações líquido de tesouraria - 31 de março	346.375	346.375

19. Programa de participação nos lucros e resultados

A Companhia tem como política a administração do programa de participação nos resultados a seus empregados, vinculada a um plano de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas. O montante dessa participação no exercício atual foi de R\$ 75.560 na Controladora e R\$ 75.682 no Consolidado (em 31 de março de 2022, R\$ 67.578 na Controladora e R\$ 67.681 no Consolidado).

20. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base de cálculo negativa acumulada de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais e bases negativas, com base em projeções de resultados futuros elaborados e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

A Companhia adotou a interpretação IFRIC 23/ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro. A interpretação trata da contabilização dos tributos sobre o rendimento nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32). A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A Companhia não identificou impactos na sua adoção.

a) Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Ativo circulante				
. Imposto de renda e contribuição social - antecipações	-	21.605	-	21.604
. Imposto de renda e contribuição social, a recuperar	93.631	43.605	93.880	43.628
	93.631	65.210	93.880	65.232
No passivo circulante - Débitos correntes				
. Imposto de renda e contribuição social, a pagar	-	-	8.490	7.597

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Movimentação do imposto de renda e contribuição social

Controladora	2022	Reconhecido no resultado	Reconhecido em outros resultados abrangentes	2023
Prejuízos fiscais/Base negativa	16.111	(12.494)	-	3.617
Não incidência do IRPJ/CSLL sobre indêbitos tributários (i)	6.903	34	-	6.937
Instrumentos financeiros derivativos	128.519	(31.832)	15.198	111.885
Provisão para contingências	81.319	28.097	-	109.416
Variação cambial ativa	(8.088)	13.338	-	5.250
Outros ativos	24.359	111.958	-	136.317
Total do IR e CS ativo diferido	249.123	109.101	15.198	373.422
Mais-valia de ativo imobilizado (deemed cost)	(118.544)	9.211	-	(109.333)
Depreciação acelerada incentivada	(540.756)	(75.808)	-	(616.564)
Benefício fiscal sobre ágio incorporado	(197.959)	-	-	(197.959)
Variação Cambial passiva	(108.345)	35.710	-	(72.635)
Outros passivos	(27.316)	17.635	-	(9.681)
Total do IR e CS passivo diferido	(992.920)	(13.252)	-	(1.006.172)
Saldo do IR e CS diferidos	(743.797)	95.849	15.198	(632.750)

Consolidado	2022	Reconhecido no resultado	Reconhecido em outros resultados abrangentes	Ajuste consolidação - Direitos sobre contratos energia	2023
Prejuízos fiscais/Base negativa	16.218	(12.601)	-	-	3.617
Não incidência do IRPJ/CSLL sobre indêbitos tributários (i)	6.903	34	-	-	6.937
Instrumentos financeiros derivativos	128.520	(31.834)	15.198	-	111.884
Provisão para contingências e outras obrigações	81.319	28.097	-	-	109.416
Variação cambial ativa	(8.088)	13.338	-	-	5.250
Outros ativos	24.206	112.116	-	-	136.322
Total do IR e CS ativo diferido	249.078	109.150	15.198	-	373.426
Mais-valia de ativo imobilizado (deemed cost)	(471.264)	9.043	-	-	(462.221)
Depreciação acelerada incentivada	(540.756)	(75.808)	-	-	(616.564)
Benefício fiscal sobre ágio incorporado	(197.959)	-	-	-	(197.959)
Ativo Intangível	(8.693)	-	-	2.957	(5.736)
Ganho por mudança de participação relativa CTC	(5.068)	-	-	-	(5.068)
Variação Cambial passiva	(108.345)	35.710	-	-	(72.635)
Outros passivos	(28.218)	17.841	-	-	(10.377)
Total do IR e CS passivo diferido	(1.360.303)	(13.214)	-	2.957	(1.370.560)
Saldo do IR e CS diferidos	(1.111.225)	95.936	15.198	2.957	(997.134)

Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço, por cada entidade legal, por haver o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, e por ser relacionado a mesma autoridade fiscal.

A São Martinho reconhece os créditos fiscais diferidos ativos com base na projeção de lucro tributável para os exercícios subsequentes. Esta projeção é revisada anualmente e não ultrapassa dez anos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são realizados, substancialmente, em função da depreciação e baixa dos ativos imobilizados que os originaram. A realização deste passivo é estimada à razão média de 15% ao ano, em função das taxas de depreciação dos ativos imobilizados respectivos, exceto pelos tributos diferidos passivos sobre mais-valia de terras, que serão realizados se alienados.

(i) Não incidência do IRPJ/CSLL sobre atualização pela Selic dos indêbitos tributários

Em 24 de setembro de 2021 foi realizado o julgamento pelo Supremo Tribunal ("STF") do RE nº 1.063.187, repercussão geral reconhecida (Tema 962) e, por unanimidade de votos, declarou-se inconstitucional a incidência do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre a taxa Selic incidente sobre os indêbitos tributários.

Desta forma, a Companhia reconheceu nas demonstrações financeiras, como receita de IRPJ e CSLL corrente e diferido, o montante de R\$ 15.920, conforme ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (equivalente à norma internacional IFRIC 23), sendo: R\$ 8.983 como IRPJ e CSLL a recuperar referente aos períodos que a companhia apurou lucro real, apresentados no ativo não circulante; e R\$ 6.937 pela recomposição do prejuízo fiscal referente aos períodos em que a companhia apurou base fiscal negativa e pela utilização de prejuízo fiscal a maior decorrente da tributação da Selic, compensados no passivo não circulante na rubrica de imposto de renda e contribuição social diferidos.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indica que as projeções de resultado tributável aprovadas pela administração, incluindo a expectativa de realização das diferenças temporárias, é conforme demonstrada a seguir:

Controladora	Expectativa de realização
Na safra 23/24	121.192
Na safra 24/25	89.695
Na safra 25/26	97.951
Na safra 26/27	75.219
Na safra 27/28	4.782
A partir da safra 28/29	(15.417)
	<u>373.422</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro antes dos impostos	1.160.586	1.925.054	1.193.612	1.939.241
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(394.599)	(654.518)	(405.828)	(659.342)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:				
. Equivalência patrimonial	70.055	86.774	1.711	2.502
. Exclusões/(Adições) permanentes, líquidas	(1.676)	(7.260)	(1.837)	(7.260)
. Cbrios	31.786	14.688	31.786	14.688
. Juros sob capital próprio	86.700	45.900	86.700	45.900
. Subvenção estadual / Crédito outorgado (Nota 27)	57.760	50.304	57.760	50.304
. Incentivos Fiscais	2.145	1.567	2.577	1.567
. Ajuste do cálculo de controlada tributada pelo lucro presumido	-	-	46.234	74.932
. Lançamentos extemporâneos de IRPJ e CSLL	2.969	18.330	2.969	18.330
. Outros	18	29	60	6
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(144.842)	(444.186)	(177.868)	(458.373)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	12,5%	23,1%	14,9%	23,6%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(240.691)	(214.715)	(273.804)	(229.327)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	95.849	(229.471)	95.936	(229.046)

21. Compromissos

A São Martinho estabelece compromissos diversos no curso normal de suas atividades. Abaixo estão aqueles que merecem destaque na presente demonstração contábil:

Matas ciliares e áreas destinadas à Reserva Legal

As áreas não cultivadas da São Martinho, que são cobertas por vegetação nativa preservada, estão em processo de regeneração ou enriquecimento, contribuindo com a preservação da biodiversidade e a sustentabilidade das atividades agrícolas.

O compromisso da São Martinho com as melhores práticas ambientais e atuação sustentável se materializa em seu respeito integral ao Código Florestal e demais legislações ambientais referentes as Áreas de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal (RL). A Companhia inscreveu todos seus imóveis junto ao Cadastro Ambiental Rural (CAR), aderiu ao Programa de Regularização Ambiental (PRA) e aguarda regulamentação legal para sua implantação.

Os investimentos em Áreas de Preservação Permanente, Reserva Legal e demais atividades para regularização ambiental são registrados no ativo imobilizado.

Compromisso de venda

Na data das demonstrações financeiras atuais, a São Martinho tem o compromisso de comercialização para safras futuras, de açúcar, etanol e energia elétrica, conforme quadro abaixo:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Até um ano	De dois a três anos	Acima de três anos
Etanol (m³)	123.842	96.000	576.000
Açúcar (tons)	1.197.493	721.895	2.100.000
Energia (Mwh)	625.056	995.882	5.605.978

Compras de insumos

A Companhia constantemente celebra contratos de compra para aquisição de insumos com o objetivo de utilização na manutenção de sua lavoura ao longo da safra. Referida operação geralmente é realizada por meio de negociações anuais.

22 Provisão para contingências

As provisões são reconhecidas quando a São Martinho tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada decorrente de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação com uma estimativa confiável do valor. As provisões são constituídas, revistas e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa na data das demonstrações financeiras atuais.

22.1 Perdas prováveis

A São Martinho, com base na avaliação dos assessores jurídicos, mantém as seguintes provisões para os casos de perdas prováveis (valores atualizados monetariamente):

	Controladora			
	Tributários	Cíveis e ambientais	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de março de 2021	14.514	22.452	64.734	101.700
Adições	1.756	1.790	24.580	28.126
Reversões	(315)	(9.591)	(5.217)	(15.123)
Utilizações	(1.449)	(3.610)	(21.202)	(26.261)
Atualizações	273	(7.058)	4.694	(2.091)
Saldo em 31 de março de 2022	14.779	3.983	67.589	86.351
Adições	484	2.478	39.983	42.945
Reversões	(23)	(461)	(8.125)	(8.609)
Utilizações	(23)	(513)	(22.265)	(22.801)
Atualizações	1.030	2.194	9.596	12.820
Saldo em 31 de março de 2023	16.247	7.681	86.778	110.706

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado			
	Tributários	Cíveis e ambientais	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de março de 2021	14.514	23.008	64.734	102.256
Adições	1.874	1.790	24.580	28.244
Reversões	(432)	(9.591)	(5.217)	(15.240)
Utilizações	(1.449)	(3.610)	(21.202)	(26.261)
Atualizações	272	(6.959)	4.694	(1.993)
Saldo em 31 de março de 2022	14.779	4.638	67.589	87.006
Adições	484	2.535	39.983	43.002
Reversões	(23)	(462)	(8.125)	(8.610)
Utilizações	(23)	(513)	(22.265)	(22.801)
Atualizações	1.030	2.318	9.596	12.944
Saldo em 31 de março de 2023	16.247	8.516	86.778	111.541

Na data das demonstrações financeiras, a natureza das principais causas que tiveram seus valores incluídos nas provisões acima é a seguinte (controladora e consolidado):

Processos tributários:

Referem-se a honorários de êxito a serem pagos aos advogados contratados para defesa nos respectivos processos.

Processos cíveis e ambientais:

Referem-se a: (i) indenizações em geral; (ii) sanções administrativas ambientais decorrentes de incêndio em área de cultivo de cana-de-açúcar, cuja validade está sendo questionada judicialmente; (iii) honorários de êxito a serem pagos aos advogados contratados para defesa nos respectivos processos.

Processos trabalhistas:

As reclamações trabalhistas têm como principais pedidos: (i) diferenças de horas extras; (ii) supressão do intervalo intrajornada; (iii) adicionais de periculosidade e insalubridade; (iv) devolução de descontos efetuados em folha de pagamento, tais como contribuição confederativa; (v) indenizações diversas e (vi) outras verbas trabalhistas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22.2 Depósitos Judiciais

	Controladora			Consolidado		
	IAA (i)	Outros	Total	IAA (i)	Outros	Total
Saldo em 31 de março de 2021	458.480	26.299	484.779	458.480	26.549	485.029
Adições	218.808	15.963	234.771	218.808	15.963	234.771
Utilizações	-	(9.752)	(9.752)	-	(9.762)	(9.762)
Atualizações	37.989	1.333	39.322	37.989	1.334	39.323
Saldo em 31 de março de 2022	715.277	33.843	749.120	715.277	34.084	749.361
Adições	250.737	6.642	257.379	250.737	8.061	258.798
Utilizações	-	(6.280)	(6.280)	-	(7.946)	(7.946)
Atualizações	85.669	3.084	88.753	85.669	3.094	88.763
Saldo em 31 de março de 2023	1.051.683	37.289	1.088.972	1.051.683	37.293	1.088.976

(i) Vide nota 16 (b)

Os depósitos judiciais estão relacionados a contingências ativas e passivas, sendo que são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

22.3 Perdas possíveis

A São Martinho possui outras contingências passivas de natureza tributária, ambiental, cível e trabalhista, cujo risco de perda é classificado como possível. A natureza e o valor atribuído a essas causas são:

Natureza	Controladora								Consolidado		
	2023		2022		2023		2022		Nº de processos	Montante	
	Nº de processos	Montante	Nº de processos	Montante	Nº de processos	Montante	Nº de processos	Montante			
Ambientais	94	8.353	98	8.470	94	8.353	98	8.470			
Cíveis	63	21.293	65	21.025	125	28.871	110	26.697			
Trabalhistas	80	14.898	31	4.532	81	14.917	31	4.532			
Tributários											
Contribuição previdenciária	(i)	11	119.819	11	106.044	11	119.819	11	106.044		
Apuração de IRPJ/CSLL	(ii)	5	264.420	5	234.012	5	264.420	5	234.012		
Compensação de Tributos Federais	(iii)	108	213.225	107	191.853	114	213.812	113	192.385		
ICMS	(iv)	17	87.441	14	68.620	17	87.441	14	68.620		
Tributos Federais	(v)	1	1.051.683	1	662.891	1	1.051.683	1	662.891		
Outros processos	(vi)	30	553.171	27	548.016	35	566.743	32	561.522		
Total		409	2.334.303	359	1.845.463	483	2.356.059	415	1.865.173		

Processos tributários:

- (i) Incidência de contribuição previdenciária (INSS) sobre as receitas de exportação, sob a alegação de que a exportação realizada por intermédio de cooperativa não está abrangida pela imunidade prevista no artigo 149, parágrafo 2º, da Constituição Federal.
- (ii) Exclusão da base de cálculo do IRPJ e CSLL de despesas relacionadas com financiamento securitizados, bem como despesas decorrentes da depreciação acelerada incentivada, conforme previsto no art. 325 do RIR/2018.
- (iii) Pedidos de compensação de IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e outros tributos federais decorrentes de pagamento a maior e/ou saldo negativo e créditos proporcionais à receita de exportação cuja compensação foi indeferida pela Receita Federal do Brasil e estão pendentes de julgamento.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (iv) Créditos supostamente indevidos de ICMS, oriundos do Registro de Controle de Crédito de ICMS do Ativo Permanente – CIAP.
- (v) Incidência dos tributos IRPJ/CSLL/PIS/COFINS sobre indenização (precatórios) recebida no contexto da Ação de Preço do IAA, conforme mencionado na Nota 16.
- (vi) Outras discussões tributárias como: (a) Ação Civil Pública sobre a legalidade dos decretos do Estado de Goiás que concederam crédito outorgado de ICMS no âmbito do Programa PRODUZIR; (b) multas pela não homologação de compensação; (c) contribuição para o SENAI; (d) taxa do Departamento Nacional de Pesquisa Mineral – DNPM; (e) incidência de ITBI em operação societária de incorporação e (f) execuções fiscais de IPTU.

Outras naturezas:

Os processos cíveis tratam de ações indenizatórias em geral decorrentes de (i) acidentes de trânsito, (ii) revisão de contratos e (iii) prejuízos a terceiros decorrentes de incêndios em áreas de cultivo de cana-de-açúcar (responsabilidade objetiva).

Os processos ambientais tratam de autos de infração da CETESB e/ou polícia ambiental decorrente de incêndio em área de cultivo de cana-de-açúcar, bem como ações anulatórias para cancelar as multas aplicadas pelos órgãos mencionados anteriormente.

Os processos trabalhistas têm como principal motivo Autos de Infração lavrados pelo Ministério do Trabalho e/ou Ações Anulatórias para cancelar estes mencionados autos.

22.4 Ativo – ICMS na base do PIS/COFINS

A Companhia possui três ações sobre ICMS na base do PIS e da Cofins, das quais duas com trânsito em julgado.

Em 31 de março de 2021, a Companhia reconheceu créditos de R\$ 1.353 dos processos com trânsito em julgado, considerando para fins de cálculo o ICMS pago nos meses de competência.

Em 13 de maio de 2021, o STF concluiu o julgamento e reafirmou que o ICMS a ser excluído é o destacado em nota fiscal e não aquele pago. Os efeitos dessa decisão foram modulados para repercutir a partir de 15 de março de 2017, data do julgamento de mérito da ação, com exceção das medidas judiciais e administrativas protocoladas até aquela data.

A Companhia contratou especialistas tributários para avaliação dos impactos da decisão do STF e mensuração dos créditos contabilizados e em 31 de março de 2023 o montante registrado no ativo é de R\$ 19.747 (R\$ 49.109 em 31 de março de 2022, conforme segue:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado
Créditos apurados (principal)	21.931
Atualizações monetária	31.650
Créditos compensados	<u>(4.472)</u>
Saldo em 31 de março de 2022	<u>49.109</u>
Créditos apurados (principal)	212
Atualizações	1.153
Créditos compensados	<u>(30.727)</u>
Saldo em 31 de março de 2023	<u>19.747</u>

A Companhia está discutindo judicialmente o direito ao reconhecimento dos créditos referentes ao regime especial do etanol (“*ad rem*”), ainda não houve a contabilização.

22.5 Eficácia da coisa julgada tributária (Temas 881 e 885 do STF)

A Companhia não se beneficia e nem se beneficiou de decisões transitadas em julgado para deixar de pagar tributos de trato sucessivo que tenham, posteriormente, sido objeto de decisão contrária do Supremo Tribunal Federal, proferida em processos de controle concentrado de constitucionalidade ou repercussão geral, ou seja, não será impactada pela decisão do STF nos RE 955227 (Tema 885) e RE 949297 (Tema 881).

22.6 Incidência de IRPJ e CSLL sobre benefícios fiscais de ICMS (Tema 1.182 do STJ)

Os benefícios fiscais de ICMS (PRODUZIR – GO) recebidos pela Companhia são reconhecidos e contabilizados como subvenção para investimento conforme os requisitos previstos na Lei Complementar nº 160/2017, Lei nº 12.973/2014 e decisão do STJ (Tema 1.182).

23 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros derivativos

A Companhia está exposta a riscos de mercado, que inclui riscos de variação cambial, volatilidade de preço de *commodities* e taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. A diretoria da Companhia entende que o gerenciamento de risco é fundamental para: (i) monitoramento contínuo dos níveis de exposição em função dos volumes de vendas contratados; (ii) estimativas do valor de cada risco, tendo por base os limites de exposição cambial e dos preços de venda do açúcar estabelecidos; e (iii) previsão de fluxos de caixa futuros e o estabelecimento de limites de alçada de aprovação para a contratação de instrumentos financeiros destinados à precificação de produtos, à proteção contra variação cambial e volatilidade dos preços e taxa de juros.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os instrumentos financeiros derivativos são contratados exclusivamente com a finalidade de precificar e proteger as operações de exportação de açúcar, etanol e outros produtos da Companhia contra riscos de variação cambial, flutuação dos preços e variações nas taxas de juros.

23.1 Riscos de Mercado

a) Risco cambial

A administração estabeleceu uma política que exige que a Companhia administre seu risco cambial para reduzir os efeitos adversos causados por um potencial descasamento de moedas.

Para administrar seu risco cambial, são utilizados contratos a termo de moedas, ("NDFs"), estratégias de opções, swaps e hedge natural (tais como dívidas ou compras em moeda estrangeira). A política de gestão de risco financeiro da Companhia define diretrizes que estabelecem o volume de proteção adequado dos fluxos de caixa previstos, principalmente relacionados às vendas de exportações.

Ativos e passivos expostos à variação cambial

O quadro abaixo resume os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira (dólares norte-americanos - US\$), consignados no balanço patrimonial nas demonstrações financeiras atuais:

Consolidado	2023	Milhares de US\$ equivalentes
Ativo circulante e não circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (bancos - depósitos à vista e aplicações financeiras)	270.822	53.314
Contas a receber de clientes	166.711	32.818
Instrumentos financeiros derivativos	388.810	76.540
(+) Total dos ativos	826.343	162.672
Passivo circulante e não circulante:		
Empréstimos e financiamentos	1.052.396	207.148
Instrumentos financeiros derivativos	335.945	66.126
(-) Total dos passivos	1.388.341	273.274
Sub-total ativo (passivo)	(561.998)	(110.602)
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	1.052.396	207.148
Exposição líquida ativa	490.398	96.546

A exposição líquida deduz empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, uma vez que estes serão liquidados com recursos oriundos das receitas com exportações futuras e, portanto, protegidos pela política de hedge da Companhia.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Referidos ativos e passivos foram atualizados e registrados nas demonstrações financeiras atuais à taxa de câmbio em vigor naquela data, sendo R\$ 5,0798 por US\$ 1,00 para os ativos e R\$ 5,0804 por US\$ 1,00 para os passivos.

b) Risco de volatilidade no preço de commodities

A Companhia está exposta ao risco de mudanças no preço de commodities em razão dos produtos fabricados como açúcar, etanol além da aquisição de milho.

c) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

A São Martinho segue a prática de obter empréstimos e financiamentos indexados a taxas pós-fixadas. No que diz respeito aos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, ocorre uma mitigação natural do risco de flutuação de taxas de juros, uma vez que as aplicações financeiras são todas indexadas a taxas pós-fixadas. Quanto à moeda estrangeira, nos empréstimos e financiamentos, os riscos de flutuação de taxa de juros e moeda são mitigados através das aplicações financeiras *offshore*, exportações e instrumentos derivativos tais como *swaps*.

d) Análise de sensibilidade dos riscos de mercado

O quadro a seguir apresenta uma análise de sensibilidade dos efeitos das mudanças nos fatores de risco relevantes aos quais a Companhia está exposta. Referida análise considera apenas os instrumentos que não estão designados para *hedge accounting*.

Consolidado	Fator de risco	Impactos no resultado		
		Cenários prováveis 5%	Cenários possíveis 25%	Cenários possíveis 50%
Caixa e equivalentes de caixa	Queda na taxa de câmbio R\$/US\$	(17.918)	(89.591)	(179.181)
Contas a receber de clientes	Queda na taxa de câmbio R\$/US\$	(13.384)	(66.920)	(133.840)
Empréstimos e financiamentos	Alta na taxa de câmbio R\$/US\$	(484)	(2.418)	(4.836)
Instrumentos financeiros derivativos				
Contratos a termo de moeda	Alta na taxa de câmbio R\$/US\$	(329)	(1.646)	(3.292)
Preço futuro (açúcar e etanol)	Alta no preço futuro de <i>commodities</i>	(314)	(1.569)	(3.139)
Contratos de swap	Queda na taxa de câmbio R\$/US\$ e alta na curva de juros	(3.294)	(8.319)	(16.918)
Exposição líquida		(35.723)	(170.463)	(341.206)

A análise de sensibilidade das variações em curvas de juros foi efetuada considerando os efeitos de um aumento ou uma diminuição de 5bps, 25bps e 50bps (*basis points*) na curva de precificação do derivativo. A exposição a taxas refere-se exclusivamente a variações na curva do DI. Para os demais fatores de risco, o impacto no resultado é da variação percentual de 5%, 25% e 50% na respectiva curva de mercado do risco associado, descrito na tabela acima (câmbio e preço de *commodities*).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

e) Instrumentos financeiros

A São Martinho optou pela utilização da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para a contabilização de parte de seus instrumentos financeiros. Os instrumentos eleitos para designação são: a) derivativos de açúcar, etanol e moeda estrangeira - dólar americano b) dívidas em moeda estrangeira - dólar americano - que efetuam coberturas de vendas das safras 2022/23 a 2025/26, e foram classificados como *hedge* de fluxo de caixa de transações esperadas altamente prováveis (vendas futuras).

Para a utilização do *hedge accounting*, foram realizados testes prospectivos e retrospectivos de eficácia que demonstraram que os instrumentos designados para *hedge* proporcionam uma compensação altamente eficaz aos efeitos de variações de preços sobre o valor das vendas futuras.

Em relação aos *hedges* de açúcar, os derivativos foram designados para proteção da variação dos fluxos de caixa das vendas futuras de açúcar. Estas operações são realizadas na bolsa de Nova Iorque - Intercontinental Exchange (ICE Futures US) e com instituições financeiras de primeira linha mediante contratos de balcão ou diretamente com nossos clientes.

Para os *hedges* de câmbio, os instrumentos financeiros derivativos e não derivativos foram designados como proteção de fluxos de caixa das vendas futuras em moeda estrangeira. Estes *hedges* são contratados mediante contratação de "Termos de Moeda" (NDFs), estratégias de Opções, Swaps e Dívidas em moeda estrangeira contratadas junto a instituições financeiras de primeira linha e dentro dos critérios de Gestão de Risco mencionados no item 23.2.

Nas demonstrações financeiras atuais e em 31 de março de 2022, os saldos de ativos e passivos relacionados às transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos e seus devidos vencimentos, estão apresentados a seguir:

Controladora e Consolidado	2023			
	Valor/ Volume contratado	Preço/taxa média	Valor de referência (Nocional) - R\$	Valor justo (Fair value) - R\$
No ativo circulante - Ganho				
Depósito de margem				22.265
Contratos futuros de mercadoria - Sugar #11 - Bolsa				
. Compromisso de venda	102	21,80	249	1
. Compromisso de compra	151.086	19,74	334.044	36.220
Contratos a termo de moeda (NDF) - Dólar - Balcão				
. Compromisso de venda	307.472	5,44	1.672.648	74.404
Contratos de Opções de Mercadoria - Sugar #11 - Bolsa				
. Posição titular de opções de compra (Calls)	40.032	20,50	91.916	8.116
. Posição titular de opções de venda (Puts)	88.041	18,26	180.060	4.062
Contratos de Opções Flexíveis - Dólar - Balcão				
. Posição titular de opções de venda (Puts)	22.000	5,68	124.960	11.142
Contratos de Swap - Juros - Balcão				7.032
Total de instrumentos financeiros derivativos no ativo circulante				163.242
No ativo não circulante - Ganho				
Contratos de Swap - Juros - Balcão				225.568
Total de instrumentos financeiros derivativos no ativo não circulante				225.568

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora e Consolidado	2023			
	Valor/ Volume contratado	Preço/taxa média	Valor de referência (Nocional) - R\$	Valor justo (Fair value) - R\$
No passivo circulante - Perda				
Contratos futuros de mercadoria - Sugar #11 - Bolsa				
. Compromisso de venda	143.517	18,58	298.663	53.636
Contratos a termo de mercadoria - Sugar #11				
. Compromisso de venda	28.500	19,42	61.991	7.364
Contratos a termo de moeda (NDF) - Dólar - Balcão				
. Compromisso de compra	15.000	5,25	78.750	2.213
Contratos de Opções de Mercadoria - Sugar #11 - Bolsa				
. Posição lançadora de opções de compra (Calls)	128.073	20,63	295.930	27.420
Contratos de Opções Flexíveis - Dólar - Balcão				
. Posição titular de opções de compra (Calls)	22.000	6,06	133.320	3.403
Contratos de Swap - Juros - Balcão				234.659
Total de instrumentos financeiros derivativos no passivo circulante				328.695
No passivo não circulante - Perda				
Contratos de Swap - Juros - Balcão				7.250
Total de instrumentos financeiros derivativos no passivo não circulante				7.250

Controladora e Consolidado	2022			
	Valor/ Volume contratado	Preço/taxa média	Valor de referência (Nocional) - R\$	Valor justo (Fair value) - R\$
No ativo circulante - Ganho				
Depósito de margem				3.943
Contratos futuros de mercadoria - Sugar #11 - Bolsa				
. Compromisso de venda	14.123	19,55	28.839	90
. Compromisso de compra	87.990	18,05	165.890	12.849
Contratos futuros de mercadoria - Etanol				
. Compromisso de compra	3.600	3.205,00	11.538	8
Contratos a termo de moeda (NDF) - Dólar - Balcão				
. Compromisso de venda	302.280	5,69	1.719.973	197.704
Contratos de Opções de Mercadoria - Sugar #11 - Bolsa				
. Posição titular de opções de compra (Calls)	131.883	20,13	277.296	5.235
. Posição titular de opções de venda (Puts)	183.041	17,64	337.254	8.793
Contratos de Opções Flexíveis - Dólar - Balcão				
. Posição titular de opções de venda (Puts)	1.000	4,79	4.790	96
Total de instrumentos financeiros derivativos no ativo circulante				228.718
No ativo não circulante - Ganho				
Contratos de Swap - Juros - Balcão				169.679
Total de instrumentos financeiros derivativos no ativo não circulante				169.679

Controladora e Consolidado	2022			
	Valor/ Volume contratado	Preço/taxa média	Valor de referência (Nocional) - R\$	Valor justo (Fair value) - R\$
No passivo circulante - Perda				
Contratos futuros de mercadoria - Sugar #11 - Bolsa				
. Compromisso de venda	76.661	16,84	134.843	20.776
. Compromisso de compra	2.693	19,59	5.510	31
Contratos a termo de mercadoria - Sugar #11				
. Compromisso de venda	8.789	14,66	13.458	4.428
Contratos a termo de moeda (NDF) - Dólar - Balcão				
. Compromisso de venda	3.268	4,88	15.948	14
. Compromisso de compra	5.343	5,35	28.585	2.107
Contratos de Opções de Mercadoria - Sugar #11 - Bolsa				
. Posição lançadora de opções de compra (Calls)	273.927	23,15	662.363	10.319
Contratos de Opções Flexíveis - Dólar - Balcão				
. Posição lançadora de opções de compra (Calls)	1.000	5,09	5.090	62
Contratos de Swap - Juros - Balcão				207.408
Total de instrumentos financeiros derivativos no passivo circulante				245.145
No passivo não circulante - Perda				
Contratos de Swap - Juros - Balcão				34.585
Total de instrumentos financeiros derivativos no passivo não circulante				34.585

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O saldo de depósitos de margem se refere a recursos mantidos em contas correntes junto às corretoras para a cobertura de margens iniciais e de variação estabelecidas pela bolsa na qual os contratos são firmados, com o objetivo de garantir contratos em aberto e remessas líquidas relativas aos ajustes diários de variação de preço dos contratos no mercado futuro e de opções.

Os saldos de resultado potencial com operações de futuro, opções e contratos a termo referem-se ao efeito acumulado positivo (negativo) do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, nas correspondentes modalidades.

A composição dos instrumentos financeiros designados para *hedge accounting* na data das demonstrações financeiras atuais, é como segue:

Controladora e Consolidado	Ativo	Passivo	Total em Outros Resultados Abrangentes
Instrumentos financeiros:			
Derivativos de mercadorias - Futuro, opções e contratos a termo	36.372	79.705	(43.333)
Derivativos de câmbio - Opções / NDF	78.687	-	78.687
Variação cambial de contratos de financiamentos (<i>Trade Finance</i>)	20.429	389.287	(368.858)
	135.488	468.992	(333.504)
Tributos diferidos sobre os itens acima	(46.066)	(159.457)	113.391
	89.422	309.535	(220.113)

f) Estimativa de realização

Nas demonstrações financeiras atuais, os impactos contabilizados no patrimônio líquido da Companhia e a estimativa de realização no resultado estão demonstrados a seguir:

Controladora e consolidado	Safra 23/24	Safra 24/25	Safra 25/26	Total
Instrumentos financeiros derivativos:				
Derivativos de mercadorias - Futuro, opções e contratos a termo	(43.333)	-	-	(43.333)
Derivativos de câmbio - Opções / NDF	78.687	-	-	78.687
Variação cambial de contratos de financiamentos (<i>Trade Finance</i>)	(123.862)	(126.196)	(118.800)	(368.858)
	(88.508)	(126.196)	(118.800)	(333.504)
Tributos diferidos sobre os itens acima	30.093	42.907	40.391	113.391
	(58.415)	(83.289)	(78.409)	(220.113)

23.2 Risco de crédito

A gestão de risco de crédito ocorre por meio de contratação de operações apenas em instituições financeiras de primeira linha que atendem aos critérios de avaliação de riscos da São Martinho que controla mensalmente sua exposição em derivativos e aplicações financeiras, mediante critérios de concentração máxima em função do *rating* e patrimônio líquido da instituição financeira.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Com relação ao risco de crédito de clientes, a São Martinho avalia anualmente o risco de crédito associado a cada um deles, e também sempre que há a inclusão de um novo cliente, atribuindo um limite individual de crédito em função do risco identificado.

23.3 Risco de liquidez

O Departamento Financeiro monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que haja caixa suficiente para atender às necessidades operacionais e à dívida de curto prazo.

O excesso de caixa em moeda nacional é aplicado em operações compromissadas lastreado em títulos privados, CDBs e fundos de investimentos, indexados pela variação do CDI, com características de alta liquidez e circulação no mercado.

Já o excesso de caixa internacional é aplicado com liquidez diária a taxas fixas previamente estabelecidas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento, com base no fluxo de pagamentos futuros não descontados.

Controladora	Menos de um ano	Entre um e três anos	Acima de três anos	Total
Em 31 de março de 2023				
Empréstimos e financiamentos	1.266.140	2.381.684	5.384.080	9.031.904
Arrendamentos a pagar	164.570	263.694	635.176	1.063.440
Parceria agrícola a pagar	787.098	886.562	1.868.307	3.541.967
Instrumentos financeiros derivativos	328.695	7.250	-	335.945
Fornecedores	294.679	-	-	294.679
Aquisição de participação societária	10.354	-	-	10.354
Outros passivos	18.558	1.916	-	20.474
	2.870.094	3.541.106	7.887.563	14.298.763
Em 31 de março de 2022				
Empréstimos e financiamentos	768.937	3.104.215	4.082.923	7.956.075
Arrendamentos a pagar	96.717	280.416	518.640	895.773
Parceria agrícola a pagar	463.671	1.152.328	1.240.853	2.856.852
Instrumentos financeiros derivativos	245.145	34.585	-	279.730
Fornecedores	412.656	-	-	412.656
Aquisição de participação societária	11.826	10.558	-	22.384
Outros passivos	52.498	14.904	-	67.402
	2.051.450	4.597.006	5.842.416	12.490.872

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado	Menos de um ano	Entre um e três anos	Acima de três anos	Total
Em 31 de março de 2023				
Empréstimos e financiamentos	1.267.504	2.387.882	5.430.403	9.085.789
Arrendamentos a pagar	164.570	263.694	635.176	1.063.440
Parceria agrícola a pagar	787.098	886.562	1.868.307	3.541.967
Instrumentos financeiros derivativos	328.695	7.250	-	335.945
Fornecedores	281.311	-	-	281.311
Aquisição de participação societária	10.354	-	-	10.354
Outros passivos	30.565	1.916	-	32.481
	2.870.097	3.547.304	7.933.886	14.351.287
Em 31 de março de 2022				
Empréstimos e financiamentos	768.937	3.104.215	4.082.923	7.956.075
Arrendamentos a pagar	96.717	280.416	518.640	895.773
Parceria agrícola a pagar	463.671	1.152.328	1.240.853	2.856.852
Instrumentos financeiros derivativos	245.145	34.585	-	279.730
Fornecedores	415.082	-	-	415.082
Aquisição de participação societária	11.826	10.558	-	22.384
Outros passivos	66.546	14.904	-	81.450
	2.067.924	4.597.006	5.842.416	12.507.346

23.4 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Lei das SAs permite que ações sejam tomadas pela Companhia a fim de assegurar os objetivos acima mencionados.

24 Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros

24.1 Classificação

A classificação dos ativos e passivos financeiros é demonstrada nas tabelas a seguir:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Controladora	
	Classificação	2023	2022
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	Custo Amortizado	272.342	114.874
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	2.681.690	2.675.055
Contas a receber de clientes	Custo Amortizado	259.493	181.878
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do ORA	156.210	228.718
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	232.600	169.679
Depósitos judiciais	Custo Amortizado	1.088.972	749.120
Outros ativos, exceto pagamentos antecipados	Custo Amortizado	236.233	162.186
		4.927.540	4.281.510
Passivos financeiros			
Empréstimos e financiamentos	Valor justo por meio do resultado	29	31
Empréstimos e financiamentos	Custo Amortizado	6.584.304	5.868.284
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do ORA	94.036	37.737
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	241.909	241.993
Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar	Custo Amortizado	3.041.771	3.006.851
Fornecedores	Custo Amortizado	294.679	412.656
Aquisição de participações societárias	Custo Amortizado	11.571	3.669
Outros passivos	Custo Amortizado	20.474	67.402
		10.288.773	9.638.623

		Consolidado	
	Classificação	2023	2022
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	Custo Amortizado	273.408	114.903
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	2.843.370	2.869.238
Contas a receber de clientes	Custo Amortizado	315.596	252.579
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do ORA	156.210	228.718
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	232.600	169.679
Depósitos judiciais	Custo Amortizado	1.088.976	749.361
Outros ativos, exceto pagamentos antecipados	Custo Amortizado	237.690	162.254
		5.147.850	4.546.732
Passivos financeiros			
Empréstimos e financiamentos	Valor justo por meio do resultado	29	31
Empréstimos e financiamentos	Custo Amortizado	6.623.854	5.888.318
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do ORA	94.036	37.737
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	241.909	241.993
Fornecedores	Custo Amortizado	281.311	415.082
Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar	Custo Amortizado	3.041.771	3.006.851
Aquisição de participações societárias	Custo Amortizado	11.571	3.669
Outros passivos	Custo Amortizado	32.481	81.450
		10.326.962	9.675.131

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. Não há históricos de inadimplências relevantes na Companhia.

25 Valor Justo

Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 - Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e

Nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

Nas demonstrações financeiras atuais, não houve reclassificação de ativos e passivos ao valor justo de ou para o nível 1, 2 ou 3.

Controladora	2023			2022		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo						
Aplicações financeiras	-	2.681.690	-	-	2.675.055	-
Instrumentos financeiros derivativos	48.399	340.411	-	26.975	371.422	-
Ativos biológicos	-	-	1.160.568	-	-	1.219.281
	48.399	3.022.101	1.160.568	26.975	3.046.477	1.219.281
Passivo						
Instrumentos financeiros derivativos	81.056	254.889	-	25.235	254.495	-
Empréstimos e financiamentos	-	29	-	-	31	-
	81.056	254.918	-	25.235	254.526	-

Consolidado	2023			2022		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo						
Aplicações financeiras	-	2.843.370	-	-	2.869.238	-
Instrumentos financeiros derivativos	48.399	340.411	-	26.975	371.422	-
Ativos biológicos	-	-	1.160.568	-	-	1.219.281
	48.399	3.183.781	1.160.568	26.975	3.240.660	1.219.281
Passivo						
Instrumentos financeiros derivativos	81.056	254.889	-	25.235	254.495	-
Empréstimos e financiamentos	-	29	-	-	31	-
	81.056	254.918	-	25.235	254.526	-

Futuros e Opções na ICE

O valor justo dos futuros negociados na bolsa de Nova Iorque - *Intercontinental Exchange (ICE Futures US)* e na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, é calculado pela diferença entre o preço contratual do derivativo e o preço de fechamento de mercado na data base, obtido de cotação em mercado ativo, e conciliado com os saldos credores ou devedores junto às corretoras. O valor justo das opções negociadas na ICE é obtido da cotação em mercado.

Opções de câmbio

O valor justo das opções de câmbio é obtido utilizando o modelo “Garman & Kohlhagen”, utilizando dados públicos de mercado e características das mesmas, especificamente o preço do ativo-objeto, o strike das opções, a volatilidade, a curva de juros e o tempo remanescente até o vencimento dos contratos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Contratos a termo

O valor justo dos contratos a termo, tanto de câmbio quanto de açúcar, contratados no mercado balcão junto a bancos de primeira linha, é calculado por fluxo de caixa descontado baseado em dados de mercado observáveis, especificamente as curvas de juros DI, Libor e cupom cambial publicadas pela B3, a PTAX 800 publicada pelo Banco Central do Brasil, e os preços de futuros de açúcar divulgados pela Ice Futures na bolsa ICE.

Outros ativos e passivos financeiros

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes, títulos a receber, contas a pagar aos fornecedores e títulos a pagar, pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) ou ajuste a valor presente, quando aplicável, estejam próximos de seus correspondentes valores justos.

26 Informação por segmento (consolidado)

A administração definiu os segmentos operacionais da São Martinho, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pelos principais tomadores de decisão, sendo eles: a diretoria, a presidência e o Conselho de administração.

As análises são realizadas segmentando o negócio sob a ótica dos produtos comercializados pela São Martinho, compondo os seguintes segmentos:

- (i) Açúcar;
- (ii) Etanol;
- (iii) Energia elétrica;
- (iv) Negócios imobiliários;
- (v) Levedura; e
- (vi) Outros produtos e subprodutos de menor relevância.

As análises de desempenho dos segmentos operacionais são realizadas com base na demonstração do resultado por produto, com foco na rentabilidade. Os ativos operacionais relacionados a esses segmentos estão localizados apenas no Brasil.

Resultado consolidado por segmento

								2023
Consolidado	Açúcar	Etanol	Energia Elétrica	Negócios Imobiliários	Levedura	Outros produtos	Não segmentado	Total
Receita Bruta								
Mercado interno	220.673	2.298.486	210.857	7.081	50.499	287.219	-	3.074.815
Mercado externo	2.264.348	1.309.712	-	-	11.931	-	-	3.586.191
Resultado com derivativos	139.115	20.756	-	-	1.780	-	-	161.651
Amortização de contrato de fornecimento de energia elétrica	-	-	-	-	-	-	(5.643)	(5.643)
(-) Impostos, contr. e deduções sobre vendas	(16.394)	(98.578)	(14.402)	(4.688)	(6.275)	(49.111)	-	(189.448)
Receita líquida	2.607.942	3.530.376	196.455	2.393	57.935	238.108	(5.643)	6.627.566
Custo dos produtos vendidos	(1.775.403)	(2.451.548)	(50.969)	329	(23.206)	(112.691)	-	(4.413.488)
Variação do valor de mercado do ativo biológico, produto agrícola e Cbios	(37.658)	(109.018)	-	-	-	(29.491)	-	(176.167)
Lucro bruto	794.881	969.810	145.486	2.722	34.729	95.926	(5.643)	2.037.911
Margem bruta	30,5%	27,5%	74,1%	113,7%	59,9%	40,3%	-	30,7%
Despesas com vendas	(117.329)	(89.035)	(15.229)	-	-	(4)	-	(221.597)
Demais despesas operacionais, líquidas	-	-	-	-	-	-	260.235	260.235
Lucro operacional	677.552	880.775	130.257	2.722	34.729	95.922	254.592	2.076.549
Margem Operacional	26,0%	24,9%	66,3%	113,7%	59,9%	40,3%	-	31,3%
Outras despesas e receitas não segmentadas	-	-	-	-	-	-	(1.060.805)	(1.060.805)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	1.015.744

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

								2022
Consolidado	Açúcar	Etanol	Energia Elétrica	Negócios Imobiliários	Levedura	Outros produtos	Não segmentado	Total
Receita Bruta								
Mercado interno	222.091	2.863.472	245.640	47.336	47.709	125.865	-	3.552.113
Mercado externo	2.208.198	408.707	-	-	4.567	-	-	2.621.472
Resultado com derivativos	(98.266)	17.470	-	-	-	-	-	(80.796)
Amortização de contrato de fornecimento de energia elétrica	-	-	-	-	-	-	(6.096)	(6.096)
(-) Impostos, contr. e deduções sobre vendas	(14.508)	(299.114)	(15.687)	(4.598)	(5.911)	(26.922)	-	(366.740)
Receita líquida	2.317.515	2.990.535	229.953	42.738	46.365	98.943	(6.096)	5.719.953
Custo dos produtos vendidos	(1.525.440)	(1.663.964)	(76.437)	(2.930)	(21.503)	(33.419)	-	(3.323.693)
Varição do valor de mercado do ativo biológico e produto agrícola	37.993	(31.410)	-	-	-	17.421	-	24.004
Lucro bruto	830.068	1.295.161	153.516	39.808	24.862	82.945	(6.096)	2.420.264
Margem bruta	35,8%	43,3%	66,8%	93,1%	53,6%	83,8%	-	42,3%
Despesas com vendas	(117.901)	(28.331)	(13.935)	-	-	-	-	(160.167)
Demais receitas operacionais, líquidas	-	-	-	3.430	-	-	149.175	152.605
Lucro operacional	712.167	1.266.830	139.581	43.238	24.862	82.945	143.079	2.412.702
Margem Operacional	30,7%	42,4%	60,7%	101,2%	53,6%	83,8%	-	42,2%
Outras despesas e receitas não segmentadas	-	-	-	-	-	-	(931.834)	(931.834)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	1.480.868

Em 31 de março de 2023, estão classificados em "Outros Produtos" a receita líquida com créditos de descarbonização (CBIOs) no valor de R\$ 80.181 (R\$ 36.503 em 31 de março de 2022).

Ativos operacionais consolidados por segmento

Os principais ativos operacionais da São Martinho foram segregados por segmento em função dos correspondentes centros de custo em que estão alocados e/ou de critério de rateio que leva em consideração a produção de cada produto em relação à produção total; assim, essa alocação pode variar de um exercício para outro.

								2023
	Açúcar	Etanol	Energia Elétrica	Negócios Imobiliários	Levedura	Não segmentado	Total	
Contas a receber de clientes	135.185	67.393	10.688	52.021	-	50.307	315.594	
Estoques e adiantamento a fornecedores	364.995	522.400	-	6.173	53	25.175	918.796	
Ativos biológicos	717.735	442.833	-	-	-	-	1.160.568	
Imobilizado	3.346.635	4.066.170	154.631	-	39.131	-	7.606.567	
Intangível	277.816	172.975	13.334	-	-	-	464.125	
Direito de uso	1.481.610	1.443.715	-	-	-	-	2.925.325	
Total de ativos alocados	6.323.976	6.715.486	178.653	58.194	39.184	75.482	13.390.975	
Demais ativos não alocáveis	-	-	-	-	-	5.432.810	5.432.810	
Total	6.323.976	6.715.486	178.653	58.194	39.184	5.508.292	18.823.785	

								2022
	Açúcar	Etanol	Energia Elétrica	Negócios Imobiliários	Levedura	Não segmentado	Total	
Contas a receber de clientes	93.956	64.414	6.015	63.320	-	24.874	252.579	
Estoques e adiantamento a fornecedores	375.665	450.134	-	5.844	76	79.843	911.562	
Ativos biológicos	513.788	705.493	-	-	-	-	1.219.281	
Imobilizado	3.152.288	3.445.694	135.011	-	38.216	-	6.771.209	
Intangível	257.226	178.203	21.884	-	-	-	457.313	
Direito de uso	1.543.593	1.540.719	-	-	-	-	3.084.312	
Total de ativos alocados	5.936.516	6.384.657	162.910	69.164	38.292	104.717	12.696.256	
Demais ativos não alocáveis	-	-	-	-	-	-	4.662.889	
Total	5.936.516	6.384.657	162.910	69.164	38.292	104.717	17.359.145	

Considerando que os principais tomadores de decisão analisam seus passivos de forma consolidada, não estão sendo divulgadas informações por segmento relacionadas a passivos.

27 Receitas

A São Martinho reconhece o montante das suas receitas refletindo a contraprestação que espera receber em troca do controle dos bens e serviços.

Não existem perdas estimadas em relação às vendas no mercado sucroalcooleiro e outros produtos derivados, uma vez que todas as obrigações de desempenho são concluídas no momento da entrega do produto final, sendo este também o momento de reconhecimento da receita.

Sobre o segmento de Empreendimentos Imobiliários, a Companhia mantém a aplicação do OCPC 04 – Aplicação da Interpretação Técnica 02, conforme orientação da CVM, reconhecendo a receita ao longo do tempo (POC). Nas demonstrações financeiras atuais, o montante acumulado registrado é de R\$ 2.548 (em 31 de março de 2022 - R\$ 25.213).

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e prestação de serviços no curso normal das atividades da São Martinho.

a) Venda de produtos e prestação de serviços

A São Martinho comercializa açúcar, etanol, energia elétrica, levedura, entre outros. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que ocorre a entrega dos produtos para o cliente. Para que a receita seja reconhecida, a Companhia segue a estrutura conceitual da norma, sendo as etapas de: identificação dos contratos com os clientes, identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos, determinação de preço da transação e alocação do preço da transação.

A São Martinho presta serviços de plantio, mecanização e logística. A precificação desses serviços ocorre mediante ao tempo incorrido e materiais utilizados, e são reconhecidos à medida que ocorrem.

Na data das demonstrações financeiras atuais, os três maiores clientes das vendas de açúcar da Companhia correspondem a cerca de 28% da receita líquida; enquanto que, em relação ao etanol vendido, os três maiores clientes correspondem a 26%.

b) Venda de terras e loteamentos (Empreendimentos Imobiliários)

As receitas de vendas e os custos dos terrenos inerentes aos empreendimentos são apropriados ao resultado à medida que as obras de infraestrutura avançam, conforme orientado pela CVM e detalhado anteriormente.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nas vendas a prazo de terrenos com as obras de infraestrutura concluídas, o resultado é apropriado no momento que a venda é efetivada, independentemente do prazo de recebimento do valor contratual, sendo as receitas mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida e a receber. A Companhia considera o ajuste a valor presente para os valores a receber registrados.

A composição das receitas é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita bruta de vendas				
Mercado interno	2.918.619	3.338.153	3.074.815	3.552.113
Mercado externo	3.586.191	2.621.472	3.586.191	2.621.472
Resultado com derivativos	161.651	(80.796)	161.651	(80.796)
	<u>6.666.461</u>	<u>5.878.829</u>	<u>6.822.657</u>	<u>6.092.789</u>
Amortização de contrato de fornecimento de energia elétrica (i)	-	-	(5.643)	(6.096)
	<u>6.666.461</u>	<u>5.878.829</u>	<u>6.817.014</u>	<u>6.086.693</u>
Impostos (ii), contribuições e deduções sobre vendas	(172.126)	(351.513)	(189.448)	(366.740)
	<u>6.494.335</u>	<u>5.527.316</u>	<u>6.627.566</u>	<u>5.719.953</u>

(i) Amortização dos contratos de fornecimento de Energia da BIO SC.

(ii) Do montante registrado em 2023, R\$ 56.609 refere-se ao crédito outorgado (nota 8).

28 Custos e despesas por natureza

A reconciliação das despesas por natureza é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Depreciação e amortização (inclui ativos biológicos colhidos)	(2.120.310)	(1.622.371)	(2.124.576)	(1.626.264)
Matéria prima e materiais de uso e consumo	(1.492.767)	(1.179.708)	(1.384.577)	(1.077.071)
Despesas com pessoal	(513.554)	(510.633)	(519.752)	(514.220)
Materiais para revenda (principalmente etanol para revenda em 2023)	(206.302)	(29.502)	(209.148)	(59.869)
Peças e serviços de manutenção	(177.093)	(127.427)	(177.302)	(127.825)
Varição no valor justo dos ativos biológicos, produtos agrícolas e CBIOS	(176.167)	24.004	(176.167)	24.004
Fretes sobre venda	(167.358)	(133.101)	(167.358)	(133.101)
Serviços de terceiros	(91.809)	(76.469)	(94.646)	(76.772)
Contencioso	(32.940)	(11.524)	(32.996)	(11.522)
Custo com venda de terras	329	(725)	329	(2.930)
Outras despesas	(171.795)	(128.923)	(189.426)	(147.862)
	<u>(5.149.766)</u>	<u>(3.796.379)</u>	<u>(5.075.619)</u>	<u>(3.753.432)</u>
<i>Classificadas como:</i>				
Custo dos produtos vendidos	(4.689.845)	(3.362.718)	(4.589.655)	(3.299.689)
Despesas com vendas	(209.680)	(148.843)	(221.597)	(160.167)
Despesas gerais e administrativas	(250.241)	(284.818)	(264.367)	(293.576)
	<u>(5.149.766)</u>	<u>(3.796.379)</u>	<u>(5.075.619)</u>	<u>(3.753.432)</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29 Outras receitas, líquidas

Nas demonstrações financeiras atuais, do saldo total no consolidado em outras receitas, R\$ 475.761 (R\$ 415.476 em 2022) se referem à indenização recebida pela Copersucar e repassada para a Companhia, conforme detalhado na nota 16.b e R\$ 32.844 referem-se a créditos tributários extemporâneos sobre gastos que passaram a ser reconhecidos como essenciais à produção (entendimento jurisprudencial).

30 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas financeiras				
Juros recebidos e auferidos	289.736	86.114	315.772	102.950
Outras receitas	11.951	52.133	13.275	58.356
PIS/COFINS sobre receita financeira	(13.934)	(5.970)	(14.165)	(6.171)
	287.753	132.277	314.882	155.135
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(589.244)	(302.833)	(591.548)	(302.867)
Ajuste a valor presente (i)	(245.394)	(130.966)	(245.394)	(130.966)
Juros pagos e auferidos	(30.527)	(31.688)	(30.310)	(31.682)
Comissão de fiança bancária	(8.711)	(6.898)	(8.717)	(6.898)
Obrigações Copersucar	(6.733)	(6.092)	(6.733)	(6.092)
Outras despesas	(15.282)	(7.650)	(15.518)	(7.797)
	(895.891)	(486.127)	(898.220)	(486.302)
Variação cambial e monetária, líquida				
Clientes e fornecedores	(5.116)	(22.642)	(5.116)	(22.642)
Disponibilidades	573	(47.420)	573	(47.420)
Empréstimos e financiamentos	(170.399)	(14.595)	(170.399)	(14.595)
	(174.942)	(84.657)	(174.942)	(84.657)
Derivativos - não designados para <i>hedge accounting</i>				
Resultado com swap	(163.362)	(119.231)	(163.362)	(119.229)
Resultado com operações de etanol	(500)	9.653	(500)	9.653
Variação cambial líquida	1.863	(6.509)	1.863	(6.509)
Resultado com operações de açúcar	(4.710)	7.043	(4.710)	7.043
Resultado com operações de câmbio	43.011	53.329	43.011	53.329
Custo com transações em bolsa	(959)	(1.924)	(959)	(1.924)
	(124.657)	(57.639)	(124.657)	(57.637)
Resultado financeiro	(907.737)	(496.146)	(882.937)	(473.461)

(i) Principalmente de arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar.

31 Lucro por ação

	2023	2022
Lucro do período atribuível aos acionistas da Companhia	1.015.744	1.480.868
Quantidade média ponderada das ações ordinárias no exercício - lotes de mil	346.375	346.375
Lucro básico e diluído por ação (em reais)	2,9325	4,2753

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

32 Cobertura de seguros

A São Martinho mantém programa padrão de segurança, treinamento e qualidade em suas unidades que visa, entre outras coisas, reduzir também os riscos de acidentes. Além disso, mantém contratos de seguros com coberturas consideradas suficientes (informação não revisadas) para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As importâncias cobertas pelas apólices de seguros vigentes na data das demonstrações financeiras atuais são:

Controladora e Consolidado Item	Riscos cobertos	Cobertura máxima (i)
Riscos Operacionais (ii)	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações, estoques, máquinas e equipamentos agrícolas e industriais.	1.165.577
Lucros Cessantes	Não realização de lucros decorrentes de danos materiais em instalações, edificações, máquinas e equipamentos industriais e geração de energia.	1.037.031
Responsabilidade Civil	Proteção por erro ou reclamações no exercício da atividade profissional que afete terceiros.	2.535.330
Responsabilidade Ambiental	Proteção para acidentes ambientais que possam suceder em reclamações junto à legislação ambiental.	30.000

(i) Corresponde ao valor máximo das coberturas para diversas localidades seguradas.

(ii) As coberturas relativas a danos materiais (riscos operacionais) para veículos estão excluídas pois têm como referência 100% da tabela FIPE.

33 Evento subsequente

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de junho de 2023, foi aprovado o pagamento de juros sobre capital próprio ("JCP"), no valor bruto de R\$ 155.000.000,00 (cento e cinquenta e cinco milhões de reais), equivalente a R\$ 0,447491795 por ação, com retenção de Imposto de Renda na Fonte.

O montante de JCP será pago aos acionistas no dia 4 de julho 2023, sem atualização monetária, e será deduzido dos dividendos do exercício social a ser encerrado em 31 de março de 2024.

* * *

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Safra 2022/2023



MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Chegamos ao final de mais uma safra e, por mais um ano, temos a satisfação de anunciar um resultado robusto. Diante dos desafios apresentados, atestamos a capacidade de entrega das nossas pessoas, a maturidade dos nossos processos, o grau de sofisticação tecnológica de nossas operações e o caráter único dos nossos ativos. A safra 2022/23 foi impactada pelo conflito entre Rússia e Ucrânia que, sequencial a uma pandemia, provocou o aumento dos preços de defensivos e fertilizantes, importantes itens de custo em nossas operações. Nossos canaviais ainda sentiram os efeitos remanescentes das condições climáticas adversas dos últimos anos, marcados por secas e geadas, com impacto na produtividade e, na receita, o etanol teve sua competitividade reduzida a partir de julho de 2022, pela redução da carga tributária sobre a gasolina no Brasil.

Neste cenário desafiador definimos uma estratégia que, executada com disciplina, nos possibilitou crescer as exportações de etanol, aproveitando uma janela de oportunidade ao deslocar o produto do mercado interno para mercados com maiores prêmios. Além disso, concentramos a venda de estoques do combustível ao longo do primeiro trimestre da safra, antes da perda de competitividade e, também, a evolução dos preços de açúcar ao longo da safra contribuiu para entregarmos os resultados detalhados na Carta Financeira, dos quais destacamos o EBITDA Ajustado de R\$ 3,3 bilhões, superior à safra anterior em 6,8%, compondo uma margem de 51%.

A safra 2022/2023 também foi marcada pela realização de projetos estratégicos que evidenciam o caráter pioneiro e inovador da Companhia. Inauguramos o Centro de Inovação da São Martinho, instalado na unidade São Martinho, em Pradópolis. Um espaço físico cujo ambiente foi inspirado no modelo de inovação aberta e focado no desenvolvimento de soluções tecnológicas que beneficiarão a Companhia e todo o ecossistema do Agro a partir de parcerias com startups, empresas, universidades, entre outros agentes, tendo como campo de experimentação nossas quatro unidades, fundamentado na análise de dados coletados ao longo de mais de 70 anos de nossas operações.

Concluímos a modernização do ERP da Companhia, ferramenta fundamental em nossa jornada de transformação digital e base tecnológica do processo de digitalização da Companhia, já em curso, com novos ciclos de desenvolvimento a serem conquistados através da maior conectividade dos equipamentos na operação, uso de tecnologias habilitadoras, internet das coisas e o potencial da inteligência artificial em nossos negócios.

Finalizamos as obras da planta de etanol de milho, acoplada à Usina Boa Vista, em Quirinópolis (GO), e iniciamos sua operação em março de 2023, com capacidade para produção anual aproximada de até 210 mil m³ de etanol, 150 mil toneladas de DDGS – coproduto utilizado para nutrição animal, e 10 mil toneladas de óleo de milho.

Em 2022, a Companhia ingressou no índice Ibovespa da B3 S.A – Brasil, Bolsa, Balcão, o principal indicador de desempenho das ações negociadas na B3, unindo-se às empresas mais importantes do mercado de capitais brasileiro. A entrada no Ibovespa reflete o compromisso da São Martinho com a geração de valor aliado a uma comunicação transparente com o mercado, em linha com as melhores práticas de governança corporativa.

O reconhecimento também veio por parte das nossas pessoas. Fomos certificados com o selo Great Place to Work (GPTW), que reafirma a São Martinho como um excelente lugar para trabalhar, a partir da opinião daqueles que contribuem com engajamento e comprometimento para evolução constante do nosso negócio. Muito obrigado! Agradecemos também aos nossos acionistas e stakeholders pela confiança depositada em nossa visão estratégica e gestão diária da Companhia.

A Administração.

1. Descrição dos Negócios

A São Martinho S.A. é uma sociedade de capital aberto, com ações listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3), no mais alto nível de governança corporativa, o Novo Mercado, desde a realização do seu IPO, ocorrida em 2007.

A Companhia é considerada uma das maiores produtoras de açúcar e etanol do Brasil e possui, atualmente, quatro usinas em operação: São Martinho, em Pradópolis (região de Ribeirão Preto, SP), Iracema, em Iracemápolis (região de Limeira, SP), Santa Cruz (região de Américo Brasiliense, a 45 km da Usina São Martinho) e Boa Vista (Quirinópolis, a 300 km de Goiânia, GO).



Ao longo da safra 2022/2023, a Companhia processou 20,0 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, com produção de 1.303 mil toneladas de açúcar, 913 mil m³ de etanol e produção excedente de energia, para o mercado, de 760 mil MWh.

2. Conjuntura de Mercado

De acordo com os dados de mercado para Safra 22/23, a região Centro-Sul processou cerca de 548,3 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, representando um aumento de aproximadamente 4,6% em relação à safra anterior - no Estado de São Paulo a expansão atingiu 5,3%.

O mix de produção para a região Centro-Sul totalizou 54,1% direcionados à produção de etanol, que somou cerca de 28,9 bilhões de litros produzidos, 4,7% superior à safra passada. Do volume de etanol produzido, cerca de 12,3 bilhões de litros foram destinados para anidro (+12,7% vis-à-vis 21/22) e 16,7 bilhões de litros para hidratado (contração de 0,6%).

O mix de produção de açúcar somou cerca de 45,9%, totalizando 33,7 milhões de toneladas do produto, crescimento de 5,2% em relação à safra anterior.

3. Desempenho Econômico-Financeiro

Na tabela abaixo destacamos os principais resultados da Companhia referentes à safra 22/23, assim como os fatores que contribuíram para a performance da safra descritos ao longo dessa sessão.

	12M23	12M22	Δ 12M23/12M22
Receita Líquida ¹	6,643,463	5,764,670	15.2%
EBITDA Ajustado	3,355,541	3,141,952	6.8%
Margem EBITDA Ajustada	50.5%	54.5%	-4.0 p.p.
EBIT Ajustado	1,704,103	1,795,348	-5.1%
Margem EBIT Ajustada	25.7%	31.1%	-5.5 p.p.
Direitos Copersucar	475,761	415,476	14.5%
LAIR	1,193,612	1,939,241	-38.4%
Lucro Líquido sem efeitos do IFRS 16	1,130,904	1,406,064	-19.6%
Efeito não Caixa do IFRS 16 no Lucro Líquido	(115,160)	74,804	n.m.
Lucro Líquido	1,015,744	1,480,868	-31.4%
Lucro Caixa	1,291,396	1,528,575	-15.5%
Alavancagem (Dív. Líq. / EBITDA)	1.05 x	0.93 x	12.9%

1 - Exclui efeito de Hedge Accounting de dívida em moeda estrangeira e PPA USC e inclui a Receita Financeira de Negócios Imobiliários
Os dados não contemplam os impactos do IFRS 16, com exceção do LAIR e lucro líquido

Receita Líquida

No acumulado da safra 22/23, a receita líquida alcançou R\$ 6.643,5 milhões, uma expansão de 15,2% frente a igual período da safra anterior, decorrente do maior preço de comercialização de açúcar e expansão do volume de vendas de etanol no mercado externo ao longo da safra.

EBITDA Ajustado

Considerando os doze meses da safra, o EBITDA Ajustado apresenta aumento de 6,8% (vs. 12M22) atingindo R\$ 3.355,5 milhões, impulsionado por maiores volumes de exportação de etanol (com maior rentabilidade em relação ao mercado doméstico) e melhores preços de açúcar (+22,6% frente a 12M22).

Adicionalmente, a Companhia opta por utilizar o EBITDA ajustado, visando demonstrar a informação que melhor reflete a sua geração operacional de caixa. Em linha com a Instrução CVM 527/12 a Companhia realiza a reconciliação do EBITDA, conforme tabela abaixo.

	12M23	12M22	Δ 12M23/12M22
EBITDA Ajustado	3,355,541	3,141,952	6.8%
Margem EBITDA Ajustada	50.5%	54.5%	-4.0 p.p.
Direitos Copersucar	475,761	415,476	14.5%
Efeito não Caixa do IFRS 16	549,691	530,060	3.7%
Resultados de Negócios Imobiliários	(4,934)	(9,414)	-47.6%
Resultado de Equivalência Patrimonial	5,033	7,358	-31.6%
Vencimento de Dívida (Hedge)	(5,321)	(29,206)	-81.8%
Opções Virtuais - Não exercíveis	7,164	(35,168)	-120.4%
Ativos Biológicos	(176,167)	24,004	n.m.
EBITDA Contábil¹	4,206,767	4,045,062	4.0%
Margem EBITDA	63.5%	70.7%	-7.2 p.p.
(-) Depreciação e Amortização	(2,130,218)	(1,632,360)	30.5%
(-) Despesa Financeira Líquida	(882,937)	(473,461)	86.5%
(=) Lucro (Prejuízo) Operacional	1,193,612	1,939,241	-38.4%

1 - O EBITDA Contábil contempla os impactos do IFRS 16

Lucro Líquido e Lucro Caixa

O lucro líquido da Companhia na safra 22/23 totalizou R\$ 1.015,7 milhões, representando uma redução de 31,4% em relação ao mesmo período da safra passada. Em relação ao lucro caixa, o indicador totalizou R\$ 1.291,4 milhões, representando uma redução de 15,5% ano contra ano. A contração dos indicadores reflete o crescimento de custos de produção e maior dispêndio financeiro no período.

Investimentos (Capex)

	12M23	12M22	Δ 12M23/12M22
Manutenção	1,864,750	1,653,481	12.8%
Plantio de Cana - Reforma	495,782	469,308	5.6%
Manutenção Entressafra (Industriais/Agrícolas)	503,139	452,856	11.1%
Tratos Culturais	865,829	731,317	18.4%
Melhoria Operacional	127,883	141,696	-9.7%
Equipamentos/Reposições	100,972	107,826	-6.4%
Ambiental/Legal (ESG)	26,911	33,870	-20.5%
Modernização/Expansão	525,785	645,795	-18.6%
Etanol de milho	286,110	325,995	-12.2%
UTE (A-6/2019)	131,821	170,265	-22.6%
Demais Projetos	107,854	149,535	-27.9%
TOTAL GERAL	2,518,418	2,440,971	3.2%

O capex de manutenção da Companhia somou R\$ 675,6 milhões no 4T23, um crescimento de 12,7% vis-à-vis 4T22. A expansão decorre do plano específico de manutenção programada para as caldeiras da Usina São Martinho e Usina Santa Cruz. No acumulado da safra o capex de manutenção totalizou R\$ 1.864,8 milhões (+12,8% vs. 12M22), motivado pela inflação nos preços de insumos e pelo plano de manutenção específico mencionado anteriormente para o trimestre.

O capex dedicado à melhoria operacional totalizou R\$ 127,9 milhões nos 12M23, uma redução de 9,7% versus igual período de 2022, decorrente do cronograma de reposição de frota e equipamentos, combinado às iniciativas ambiental/legal. No 4T23 a rubrica apresentou redução de 20,8% comparado ao 4T22, motivado pela menor necessidade de investimento em equipamentos agrícolas e industriais.

O capex de expansão somou R\$ 75,1 milhões no 4T23 e R\$ 525,8 milhões no 12M23, destinados a (i) UTE (leilão A-6 de 2019), (ii) projeto de etanol de milho, e (iii) outros projetos menores.

Com isso, o capex total somou R\$ 788,6 milhões no 4T23 (-10,1% vs. 4T22) e R\$ 2.518,4 milhões nos 12 meses da safra 22/23 (+3,2% vs. 12M22) – abaixo da estimativa (guidance) de R\$ 2,9 bilhões divulgada em nov/22. Conforme fato relevante publicado em jun/23, R\$ 400 milhões estimados para a safra 22/23 postergados para safra 23/24 devido às chuvas no período de plantio e cronograma de desembolso dos projetos em fase de finalização.

Endividamento

	mar-23	mar-22	Var%.
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA)	1.481.219	1.687.193	-12,2%
BNDES/FINAME	1.148.999	903.297	27,2%
Capital de Giro/ NCE (Nota de Crédito de Exportação)	865.621	714.010	21,2%
Debêntures	2.197.001	1.596.996	37,6%
PPE (Pré-Pagamento de Exportação)	156.139	190.395	-18,0%
International Finance Corporation (IFC)	774.905	800.127	-3,2%
Dívida Bruta Total	6.623.883	5.892.017	12,4%
Disponibilidades	3.116.778	2.984.141	4,4%
Dívida Líquida	3.507.105	2.907.876	20,6%
Dívida Líquida / EBITDA Acum. R\$	1,05 x	0,93 x	12,9%
Dívida Líquida / EBITDA Acum. - USD ¹	1,06 x	0,94 x	12,6%
EBITDA Ajustado Acumulado	3.355.541	3.141.952	6,8%

¹ - EBITDA Acumulado PTAX médio diário 12 meses: mar/22: R\$ 5,34 e dez/22: R\$ 5,17

Em março/2023 a dívida líquida da Companhia era de aproximadamente R\$ 3,5 bilhões - aumento de 20,6% em relação a março/2022. O crescimento reflete o maior capital de giro no período e os investimentos em fase de conclusão.

O indicador Dívida Líquida/EBITDA Ajustado acumulado (12 meses) encerrou a safra em 1,05 vezes.

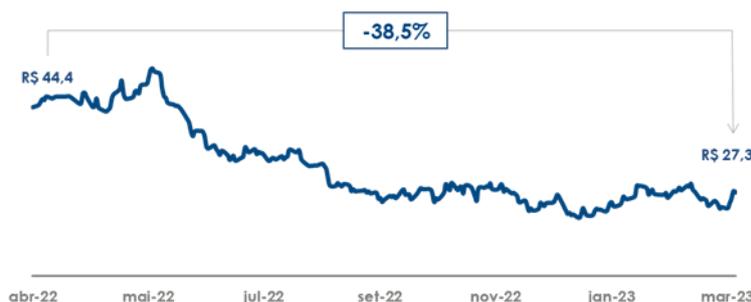
Rating

Em outubro de 2019, a agência *Standard & Poor's* concedeu o grau de investimento (*rating* "BBB-") para o risco de crédito de longo prazo da São Martinho em escala global, e *rating* "AAA" em escala nacional, com *outlook* estável. Desde então a Companhia manteve inalterada a avaliação pela agência.

4. Mercado de Capitais

As ações da São Martinho, integram o Novo Mercado, mais alto nível de governança corporativa da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código SMTO3. Em 31 de março de 2023 o capital social da Companhia era representado por 354.011.329 ações ordinárias. A ação (SMTO3) encerrou o ano safra cotada a R\$ 27,32, refletindo ajuste de -38,5% no período.

Performance SMTO3 - 12 meses (R\$)



5. Remuneração aos Acionistas

Em reunião do Conselho de administração realizada em 20 de junho de 2022, foi aprovada a antecipação de remuneração aos acionistas no montante bruto de R\$ 115.000, pagos através de juros sobre capital próprio; da mesma forma, em reunião do Conselho de administração realizada em 12 de dezembro de 2022, foi aprovada a antecipação de remuneração aos acionistas no montante bruto de R\$ 140.000, pagos através de juros sobre capital próprio.

A Companhia possui uma Política de Remuneração aos Acionistas (Dividendos) pela qual fica assegurado um dividendo e/ou juros sob capital próprio de, no mínimo, 40% do lucro líquido caixa anual, conforme cálculo apresentado na tabela a seguir e também na carta financeira divulgada pela Companhia, ou 25% sobre o lucro líquido do exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados e da constituição da reserva legal, dentre eles o que for maior.

A distribuição mínima de 40% do lucro caixa poderá não ser adotada, por recomendação do Conselho de Administração, nas seguintes hipóteses:

- utilização de capital relevante em função de investimento em seus negócios, programa de recompra de ações e/ou eventuais fusões e aquisições;
- indicadores de endividamento, tais como, dívida líquida/EBITDA ajustado superior a 2 vezes, apurada no encerramento do exercício, visando manter o grau de investimento pela S&P;
- mudanças fiscais; e
- destinação a reservas obrigatórias ou limitação à distribuição de parcela destas que alterem a capacidade de distribuição dos lucros.

A tabela abaixo demonstra os dividendos baseados na política de remuneração:

Cálculo Lucro Caixa	2023
LAIR	1.193.612
IR/CS Contábil	(177.868)
Lucro Líquido do Exercício	1.015.744
Efeito não caixa do IFRS no LAIR	174.484
IR/CS Contábil	177.868
IR/CS Pago	(60.467)
Depósito Judicial (IR/CS IAA)	(192.400)
Ajuste do Ativo Biológico	176.167
Lucro Caixa	1.291.396
Política de Dividendos	524.068
Reserva de Lucros a Realizar	5.932
Total de Resultados a distribuir	530.000

A tabela a seguir, demonstra a proposta de destinação do lucro do exercício. A reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de junho de 2023, aprovou a proposta de distribuição adicional de dividendos no montante de R\$ 288.406 (R\$ 0,8326 por ação) a ser ratificada em Assembleia Geral Ordinária.

	2023
Lucro líquido do exercício	1.015.744
Constituição de reserva legal - 5%	(50.787)
Constituição de reserva de incentivos fiscais	(169.867)
Base de cálculo para distribuição de dividendos mínimos obrigatórios	795.090
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	198.773
Juros sobre o capital próprio, pagos	255.000
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	(36.889)
Dividendos mínimos obrigatórios, pagos	-
Dividendos antecipados	19.338
Realização de reserva de lucros a realizar, a pagar	5.932
Dividendos adicionais	269.068
Total	493.111
(-) Juros Sobre Capital Próprio (JCP) Pagos Líquidos de Impostos	218.111
Dividendos a Pagar	275.000
Dividendo por ação	1,4236
Qtde de ações líquido de tesouraria - 31 de março (mil)	346.375

6. Perspectivas

	Guidance 12M24	Realizado 12M23	Var. (%)
Dados Operacionais			
Cana Processada (mil toneladas)	21.500,0	20.024,1	7,4%
ATR Médio (kg/ton)	141,9	140,0	1,3%
ATR Produzido (mil tons)	3.050,5	2.803,5	8,8%
Dados de Produção			
Açúcar (mil toneladas)	1.379,8	1.206,1	14,4%
Etanol (mil m³)	944,9	898,9	5,1%
Energia Exportada (mil MWh)	700,4	754,5	-7,2%
Mix Açúcar - Etanol	47% - 53%	45% - 55%	

Conforme Fato Relevante anunciado em 19 de junho de 2023, detalhamos as estimativas em relação a produção e o volume de cana disponível para processamento ao longo da safra 22/23.

Estima-se uma moagem total de aproximadamente 21,5 milhões de toneladas, representando um crescimento de 7,4% em relação à Safra 22/23, e um ATR médio em torno de 141,9 Kg/ton, totalizando 3.050,5 mil toneladas (8,8% vis-à-vis 12M23).

A expectativa de maior disponibilidade de matéria prima e recuperação de produtividade decorre, principalmente, de i) condições climatológicas normalizadas no período de entressafra (meses de outubro/22 a abril/23), ii) investimentos (capex) em tratos culturais realizados ao longo das safras 21/22 e 22/23, e iii) manejo agrícola diferenciado combinado ao uso de variedades genéticas com melhor produtividade. O mix de produção reflete a maior rentabilidade do açúcar em relação ao etanol.

Abaixo, são detalhadas as estimativas de produção da nova operação de etanol de milho:

	Guidance 12M24
Dados Operacionais	
Milho Processado (mil tons)	420,0
ATR Produzido (mil tons)	279,3
Dados de Produção	
Etanol (mil m³)	160,4
DDGS (mil tons)	134,3
Óleo de Milho (mil tons)	6,6

Para o primeiro ano de operação estima-se um processamento de 420,0 mil tons de milho. A produção resultante no período deve adicionar aproximadamente 160 mil m3 de etanol, 134 mil tons de DDGS e 7 mil tons de óleo de milho (destinados a ração animal) à operação de cana de açúcar (mencionada anteriormente).

Em seguida, é apresentada a produção consolidada da São Martinho considerando as operações de Cana de Açúcar e Processamento de Milho:

	Guidance 12M24	Realizado 12M23	Var. (%)
Dados Operacionais			
ATR Produzido (mil tons)	3.329,8	2.803,5	18,8%
Agrícola - Cana de Açúcar			
Cana Processada (mil toneladas)	21.500,0	20.024,1	7,4%
ATR Médio (kg/ton)	141,9	140,0	1,3%
ATR Produzido (mil tons)	3.050,5	2.803,5	8,8%
Processamento de Milho			
Milho Processado (mil tons)	420,0	-	n.m.
ATR Produzido (mil tons)	279,3	-	n.m.
Dados de Produção			
Açúcar (mil toneladas)	1.379,8	1.206,1	14,4%
Etanol (mil m³)	1.105,3	898,9	23,0%
Cana de Açúcar	944,9	898,9	5,1%
Milho	160,4	-	n.m.
Energia Exportada (mil MWh)	700,4	754,5	-7,2%
DDGS (mil tons)	134,3	-	n.m.
Óleo de Milho (mil tons)	6,6	-	n.m.
Mix Açúcar - Etanol	43% - 57%	45% - 55%	

Capex

Em relação ao capex de manutenção, estima-se um aumento de 7,3% (vs. 12M23) totalizando, R\$ 2,0 bilhões, decorrente principalmente da postergação de operações de plantio ocasionada pelas chuvas no quarto trimestre de 22/23.

Quanto ao capex dedicado à melhoria operacional, estima-se um total de R\$ 157 milhões, representando um aumento de 22,8% em relação aos 12M23, composto, principalmente, por investimentos visando maior segurança operacional e reposições de equipamentos agrícolas e industriais.

Os investimentos em modernização/expansão estimados para Safra 23/24 representam uma redução de 40,2% (vs. 12M23), somando R\$ 314,5 milhões, decorrente da evolução do cronograma de investimentos para finalização das plantas de etanol de milho (~R\$ 30 milhões) e UTE fase II (~R\$ 70 milhões), e a execução de outros projetos menores.

O capex total para safra 23/24 está estimado em, aproximadamente, R\$ 2,5 bilhões, representando uma redução de 1,9% em relação aos 12M23.

Vale destacar que no Guidance de Capex para a Safra 22/23 estimou-se um total de R\$ 2,9 bilhões, em nov/22, enquanto o realizado para o período somou R\$ 2,5 bilhões. A diferença de aproximadamente R\$ 400 milhões representa o montante postergado (para safra 23/24) decorrente, principalmente, do i) impacto de chuvas no plantio durante o período de entressafra e ii) cronograma da obra e desembolso relacionado aos projetos em fase de finalização.

	Guidance 12M24	Realizado 12M23	Var. (%)
Capex de Manutenção	2.000,0	1.864,8	7,3%
Melhoria Operacional	157,0	127,9	22,8%
Modernização/Expansão	314,5	525,8	-40,2%
Capex Total	2.471,5	2.518,4	-1,9%

Importante mencionar que as considerações futuras não são garantias de desempenho, envolvem riscos, incertezas e premissas e, portanto, dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer. O público deve compreender que condições da indústria e outros fatores operacionais e climáticos podem afetar os resultados futuros da empresa e podem conduzir a resultados que diferem, materialmente, daqueles expressos em tais considerações futuras.

7. GRC (Governança, Riscos, Conformidade e Controles Internos) e ESG (Ambiental, Social e Governança)

GRC

A área de GRC – Governança, Riscos, Conformidade e Controles Internos se reporta à Diretoria Jurídica, de GRC e de Relações Institucionais e conta com uma gerência exclusiva. As áreas integradas reforçam o compromisso com os valores da São Martinho, por meio de boas práticas, gestão de riscos, transparência e ética.

Governança

A Governança está alinhada às melhores práticas e exigências do Regulamento do Novo Mercado (B3) desde seu IPO em 2007, com uma estrutura fundamentada na ética, transparência, tratamento igualitário aos acionistas, prestação de contas, gerenciamento de riscos e controles associados ao negócio. Atualmente atende 89% das recomendações do Código Brasileiro de Governança Corporativa. A estrutura de governança contempla Conselho de Administração, Conselho Fiscal (permanente) e Diretoria Estatutária. O Conselho de Administração possui quatro Comitês de Assessoramento: Inovações Tecnológicas, Auditoria, Financeiro e Gestão de Pessoas

Riscos e Controles Internos

A Gestão de Riscos é baseada nas diretrizes da ISO 31.000, adaptada à realidade organizacional. Essa abordagem é sustentada por responsabilidades distribuídas entre as áreas, divididas em 3 linhas de defesa. Por meio de uma matriz de riscos, revisada na safra 22/23, são monitorados 33 riscos e seus critérios de avaliação. Eles são divididos em 9 categorias, e entre riscos táticos e estratégicos relacionados a aspectos financeiro e de mercado, ambientais, pessoais, operacionais, jurídico e regulatório, conformidade, terceiros, cibersegurança, e riscos emergentes, considerados mais relevantes para o negócio. Os Controles Internos atuam na identificação, avaliação e monitoramentos dos riscos e controles, possíveis vulnerabilidades e medidas corretivas para mitigar os riscos identificados.

Conformidade

A área de Conformidade é responsável pela disseminação da cultura ética, sendo sua principal referência o Código de Ética e Conduta Profissional, que desde 2010 estabelece normas e princípios aplicáveis aos colaboradores e partes interessadas, bem como as políticas Anticorrupção, Transações com Partes Relacionadas e Conflito de Interesses. A São Martinho disponibiliza um Canal Ético para acolhimento de reclamações e manifestações sobre potenciais desvios de comportamento, administrado por empresa especializada e independente, assegurada confidencialidade. A área também é responsável pelo monitoramento de terceiros (fornecedores de matéria-prima, bens e serviços), prevenindo eventuais casos de não conformidade por meio de ações de due diligence e controles e pela adequação e acompanhamento às questões de proteção de dados pessoais (LGPD).

ESG

A Sustentabilidade é elemento fundamental na estratégia da São Martinho e sempre esteve presente em sua cultura, permeando sua forma de operar e gerir o negócio.

A Companhia trilha uma jornada de amadurecimento em relação aos aspectos ambientais, sociais e de governança (ESG), com avanços importantes nos últimos anos nos eixos de políticas, estratégias, governança e gestão. Dada a natureza do negócio, sua exposição a riscos e oportunidades e os impactos positivos que almeja gerar, a São Martinho estruturou um conjunto de Ambições de Sustentabilidade que se sintonizam aos temas estratégicos e à visão de seus públicos de relacionamento. Essa agenda foi validada pelo Conselho de Administração e se traduz em projetos que impactam em 3 pilares:

- Inovação e Eficiência: contribuição para a redução dos impactos climáticos globais, por meio da geração de energia limpa e renovável e do uso eficiente de recursos envolvidos no desempenho operacional;
- Cadeia de Valor: incentivo a cadeia de fornecedores na adoção de práticas de responsabilidade socioambiental;
- Transformação Social: Promoção da Educação e Qualificação Profissional, transformando socialmente a comunidade no entorno das suas operações.

A gestão integrada ESG é efetuada através de estrutura formal por meio da qual o Vice-Presidente é o porta-voz do tema, com apoio de uma gerência dedicada que, dentre diversas atividades, engaja os públicos relacionados para identificar e incorporar práticas sustentáveis em suas atividades. Em relação a Governança, a área possui Comitês Executivo e Tático de Sustentabilidade, integrado por determinados diretores e gerentes, respectivamente. Essa estrutura possui diversos papéis, como promover a integração das ações da Companhia com os objetivos ESG, direcionar o posicionamento da Companhia na temática, monitorar e gerir riscos, especialmente os socioambientais, como variações climáticas, segurança hídrica, riscos de terceiros e riscos de saúde e segurança.

Como parte do seu compromisso, a São Martinho promove ações que abrangem desde o uso responsável do solo, a reutilização de resíduos e coprodutos no processo produtivo, a eficiência no uso de recursos nas operações, a recuperação e preservação da biodiversidade em suas áreas de atuação, a ética e governança corporativa até o relacionamento com a comunidade, seus acionistas e os demais públicos de interesse. Para atendimento, comunicação e informação aos investidores, a Companhia possui uma área de Relações com Investidores (RI) que atua com transparência e divulga ao mercado comunicados, fatos relevantes, demonstrações financeiras e disponibiliza no site de RI da Companhia canais de contato para esclarecimento de dúvidas e suporte as partes interessadas.

A Companhia monitora o desempenho e o cumprimento de requisitos dos sistemas de gestão ambiental, social e de governança de acordo com certificações e diretrizes nacionais e internacionais descritas a seguir e disponíveis no site da Companhia. Assim, a São Martinho torna os processos transparentes, garante qualidade e segurança, gerando valor para as diversas partes interessadas.

Certificação	Natureza	Unidades certificadas
Bonsucro	Reconhecimento internacional de sustentabilidade da Produção de cana-de-açúcar e da Cadeia de Custódia	UIR, USM, UBV e USC
RenovaBio	Certificado de produção eficiente de biocombustíveis a partir de avaliação de ciclo de vida	UIR, USM, UBV e USC
Etanol mais Verde	Protocolo de intenções para desenvolver as melhores práticas de sustentabilidade na cadeia de produção sucroenergética paulista	UIR, USM e USC
Certificado/Selo Energia Verde	Certificação da geração de energia elétrica a partir da biomassa de cana-de-açúcar	Bioenergética São Martinho, Bioenergética Boa Vista, Bioenergética Santa Cruz e Usina Termoelétrica Boa Vista
I-REC	Certificação internacional da origem renovável (biomassa) da eletricidade gerada	Usina Termoelétrica Iracema e Usina Termoelétrica São Martinho
RFS2 Renewable Fuel Standard - EPA	Registro na Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos para comercialização de etanol nos EUA	UIR, USM e USC
LCFS (Low Carbon Fuel Standard) - CARB	Registro no California Air Resources Board para comercialização de etanol para o estado da Califórnia nos EUA	USM e USC
GMP+ B2	Certificação de Boas Práticas de Fabricação, garantindo segurança dos produtos destinados à rações	USM, UBV e USC
Kosher	Atestado de fabricação de açúcar seguindo normas específicas da dieta judaica ortodoxa	UIR, USM e USC
Halal	Atestado, reconhecido por países islâmicos, da fabricação de açúcar seguindo requisitos legais e critérios determinados pela lei islâmica	UIR
ISO 9001	Sistema de Gestão de Qualidade	USC
ISO 14001	Sistema de Gestão Ambiental	UIR, USM e USC
ISO 17025	Competência de Laboratórios de Ensaios e Calibração	USM

A São Martinho publica seu Relatório Anual de Sustentabilidade desde 2011, a fim de oferecer aos públicos de relacionamento uma síntese de projetos, investimentos e indicadores econômicos, ambientais, sociais e de governança que traduzem o seu desempenho e seus desafios. É certificado por terceira parte independente e está disponível no site da Companhia.

Ambiental

Todas as usinas da Companhia localizadas no Estado de São Paulo são signatárias do Protocolo Agroambiental, iniciativa que estimula a adoção de boas práticas ambientais para o setor, e a Usina Boa Vista, localizada no Estado de Goiás, segue o mesmo padrão.

Como parte do Sistema de Gestão Integrada, o gerenciamento ambiental das operações tem como prioridades o uso consciente de recursos hídricos, a gestão de resíduos sólidos, a adaptação contínua às mudanças climáticas, a proteção do solo e da água, bem como da fauna e da flora, a educação ambiental e a conformidade permanente com leis e regulamentos.

Educação ambiental

As ações realizadas nos Centros de Educação Ambiental (CEAs) das unidades da Companhia fortalecem a prática da educação ambiental por meio da conscientização de colaboradores, estudantes e comunidade em geral sobre a importância da preservação e do respeito ao meio ambiente. São realizadas ainda ações internas e divulgação nas redes sociais em datas comemorativas como por exemplo: Dia Mundial do Meio Ambiente, dia da água e dia da árvore. Juntos, os CEAs já receberam mais de 132 mil pessoas desde 2.000.

Recursos Hídricos

Diferentes fontes hídricas são utilizadas pela Companhia. A Usina Iracema faz captação de duas fontes hídricas, os córregos Paramirim e Iracema. A Usina São Martinho, por sua vez, capta água de três fontes: Rio Mogi Guaçu, Córrego Triste e Aquífero Guarani. Na Santa Cruz, as fontes são os córregos Paulino, João Mendes, Anhumas e o Aquífero Guarani. Já a Usina Boa Vista capta água de duas fontes hídricas, o Rio Preto e o Aquífero Guarani.

O investimento em reuso é uma frente capaz de reduzir significativamente a pegada hídrica do negócio. As unidades adotam projetos como o uso de água proveniente da concentração da vinhaça e aproveitamento de água condensada.

Também faz parte das ações da Companhia realizar análises da qualidade dos efluentes devolvido ao meio ambiente, um processo que visa adequar a manutenção do bom funcionamento do ciclo hidrológico, de forma a amenizar eventuais impactos ao ecossistema natural.

Em relação ao descarte, na Usina São Martinho, os efluentes são tratados em lagoas de estabilização e a qualidade da água é monitorada de acordo com os padrões exigidos pela legislação, com posterior descarte em rio. Nas demais unidades, a água residuária é destinada aos canais por meio de fertirrigação.

Resíduos Sólidos

A São Martinho conta com o Plano de Gerenciamento de Resíduos (PGRS), que tem como foco três "R": reduzir o consumo de insumos e materiais; reutilizar os subprodutos gerados; e reciclar quando possível. O programa tem como objetivo sistematizar a gestão de resíduos sólidos provenientes das atividades agroindustriais, prevenindo impactos nocivos ao meio ambiente. As unidades da Companhia contam com Sistema de Gestão de Resíduos direcionado pelo PGRS, aprimorando a segregação dos resíduos e destinação/disposição final ambientalmente adequada destes.

Emissões de gases do efeito estufa

O gerenciamento via inventário de emissões de gases de efeito estufa realizado em todas as unidades da São Martinho assegura um acompanhamento proativo e responsável da pegada de carbono do negócio, com esforços de mitigação de impactos e adaptação às mudanças do clima que abrangem a operação agrícola – tais como combate a incêndios, uso responsável de defensivos e adoção de técnicas de agricultura de precisão – e a indústria, por meio do controle de poluição atmosférica.

Além disso, as unidades utilizam equipamentos de controle de poluição atmosférica dos gases de fontes fixas e móveis, adequados às leis ambientais vigentes. São realizados, anualmente, o monitoramento dos gases emitidos das chaminés das caldeiras e os relatórios conclusivos para NOx. O material particulado gerado é protocolado junto aos órgãos ambientais.

Todas as unidades têm um programa interno de Autofiscalização e Monitoramento da Emissão de Fumaça Preta da sua frota movida a diesel, segundo os termos da legislação vigente, utilizando para isso a Escala de Ringelmann e/ou opacímetro. A preocupação com a emissão de poluentes é estendida à utilização de máquinas de alta performance e rendimento energético, que, somadas à adoção da agricultura de precisão, reduzem o uso de combustíveis.

Uso do solo

A gestão agrícola da São Martinho está sujeita a uma série de políticas que abrangem planos de conservação de solo, recuperação de áreas e manejo de culturas. O objetivo central é assegurar um uso adequado dos terrenos, em respeito às necessidades de recuperação, proteção e nutrição do solo para garantir produtividade no campo e conformidade às políticas ambientais de referência para o setor.

Entre as práticas da São Martinho, previstas em seu plano de conservação do solo, destacam-se:

- Reposição de matéria orgânica com utilização de subprodutos (vinhaça);
- Atendimento das necessidades de adubação a cada ciclo, melhorando as características físicas, químicas e biológicas do solo;
- Manutenção da palhada para proteger o solo de gotas de chuva e aumentar o teor de matéria orgânica;
- Sistema de preparo do solo reduzido ou “cultivo mínimo”, que promove a movimentação
- mínima do solo de forma a atender as necessidades de desenvolvimento da cultura da cana;
- Métodos MPB e MEIOSI, com maior eficiência e produtividade por hectare.

Biodiversidade

O compromisso da São Martinho com as melhores práticas ambientais e atuação sustentável está descrito em seu Projeto Reserva Legal, iniciativa da Companhia para mapear, planejar e executar toda a regularização ambiental de suas áreas rurais.

Com a vigência do Código Florestal atual, a São Martinho promoveu o mapeamento completo de suas propriedades rurais, por meio de Diagnósticos Ambientais, classificando o uso e a ocupação do solo, e, suas Áreas de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal (RL), respeitando integralmente a legislação vigente. Por meio da situação apurada, cadastrou 100% de suas propriedades rurais no Cadastro Ambiental Rural (CAR), independentemente de qualquer prorrogação legislativa.

Em linha com suas diretrizes e melhores práticas ambientais, a Companhia formou um grupo multidisciplinar, com a participação de diversas áreas e suporte de uma consultoria externa. Esse fórum atua sob gestão da equipe da São Martinho Terras Imobiliárias e analisa, planeja e recomenda (dentro de seu processo de Governança), considerando a sustentabilidade e a eficiência ambiental.

Com relação à estratégia de regularização ambiental, a São Martinho indicou no CAR as APPs e áreas de Reserva Legal existentes nas propriedades, e, com os excedentes, realizará compensações ambientais entre elas. Para os déficits apurados, foram realizadas aquisições de ativos florestais em Unidades de Conservação – áreas com características naturais relevantes, criadas e protegidas pelo poder público com objetivo de conservação.

A Companhia permanece atenta à consolidação da legislação e edição de novas normas complementares/regulamentadoras do Código Florestal.

Outro destaque é o Projeto Viva a Natureza, implementado pela São Martinho no ano 2000 para recompor e conservar matas ciliares, proteger nascentes e mananciais, reduzir riscos de assoreamento e preservar espécies nativas. O projeto tinha como objetivo o plantio de 1 milhão de mudas de árvores nas áreas de influência da companhia por um período de dez anos. Atualmente, a marca estipulada foi ultrapassada, sendo assim, os plantios acontecem sob demanda em áreas de APPs, RLs e áreas de interesse da Companhia, visando a proteção de nascentes e mananciais para minimizar riscos de assoreamento nos cursos d'água e preservar as espécies nativas.

Atendimento às legislações, regulamentações e demais requisitos e compromissos assumidos pela organização

Por ter entre seus valores o respeito ao meio ambiente, a São Martinho está sempre atenta à preservação de forma equilibrada, visando assegurar seu crescimento consciente por meio do respeito à legislação aplicável. A Companhia realiza o monitoramento de requisitos legais por meio de software especializado, bem como o cumprimento das exigências técnicas de suas licenças ambientais. A São Martinho, contudo, não se limita a cumprir as exigências legais, buscando sempre adiantar-se aos possíveis impactos ambientais significativos gerados por seus processos agroindustriais.

Social

PROGRAMAS VOLTADOS PARA EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

O setor sucroenergético é um importante indutor de desenvolvimento para as regiões nas quais opera. Por meio das atividades empresariais, diversos impactos sociais e econômicos positivos são promovidos – como a dinamização da economia local, a geração de empregos diretos e indiretos, a qualificação de mão de obra e a melhoria das práticas na cadeia de suprimentos – reforçando a contribuição dos negócios para a sociedade.

Na Companhia, o respeito pelas pessoas e o bom relacionamento com a comunidade estão expressos na Política de Responsabilidade Social – que atribui à São Martinho valores como a ética e a transparência com seus públicos. O alinhamento às melhores práticas de mercado, com certificações socioambientais na produção e o fomento à educação e ao desenvolvimento local, também reforça os benefícios potenciais para as localidades em que está presente.

As comunidades são envolvidas nas ações, mediante reuniões que a Companhia realiza com Prefeituras e Secretarias Municipais, e por meio de rodas de conversa, com diversos públicos de interesse, discutindo temas relacionados a sustentabilidade. Os projetos e as ações sociais são alinhados em conjunto, fortalecendo assim nossa parceria e tendo maior efetividade nas ações que levamos para comunidade.

A empresa patrocina e apoia, anualmente, projetos e eventos de cultura e lazer nas comunidades em que atua.

Primeiro Emprego Projovem

Desenvolvido em parceria com instituição de Pradópolis, promoveu, na safra 2022/23, em média o acesso de 68 jovens, com idades entre 16 e 18 anos, ao mercado de trabalho. O projeto oferece capacitação e oportunidades profissionais aos estudantes da rede pública de ensino. Ao fim, os jovens têm a possibilidade de permanecer na Companhia ou de participar de recrutamentos até um ano após sua saída. São duas décadas proporcionando oportunidades para todos os participantes do programa.

Programa Qualificação para Mulheres

Com o objetivo de criar ações que promovam o 6º princípio do Empoderamento Feminino, proposto pela ONU Mulheres e assinado pela SMSA em 2019, criamos um programa de qualificação e profissionalização de Mulheres nas comunidades onde nossas usinas estão instaladas. A primeira turma, formada por mulheres, da região da Usina São Martinho, teve seu início em maio de 2021 com a qualificação Instrumentista 4.0 em parceria com SENAI de Ribeirão Preto. Durante a safra 2021/22 tivemos também a implantação do mesmo curso nas demais unidades, atendendo as regiões da Usina Santa Cruz, Iracema e Boa Vista. Na safra 2022/23, foram abertos 05 novos cursos distribuídos nas 04 unidades da São Martinho, totalizando a disponibilização de 100 vagas e aproximadamente 1000 horas de qualificação.

Empresários para o Futuro

O projeto tem como objetivo despertar o espírito empreendedor nos jovens ainda na escola, estimular o desenvolvimento pessoal, proporcionando o primeiro contato com mundo dos negócios, estimulando ainda o voluntariado corporativo, uma vez que os módulos de formação são executados por colaboradores da empresa. Na safra 22/23 o projeto atendeu 43 jovens e contou

com a colaboração de 05 profissionais voluntários que dedicaram 40h de trabalho voluntário (mesma carga horária referente ao módulo de formação em empreendedorismo).

Projetos Via Incentivo Fiscal

Os projetos incentivados apoiados pela São Martinho são definidos a partir da Política de Investimento Social Privado da companhia, a qual direciona as ações de desenvolvimento social de suas comunidades por meio da educação. Dessa maneira, na safra 22/23 a empresa investiu 100% dos seus recursos incentivados em projetos da Lei de Incentivo à Cultura, Lei de Incentivo ao Esporte e Fundos de Direitos de Pessoas Idosas e Fundos de Direitos da Criança e Adolescente em projetos a serem executados na safra 23/24. Todos os projetos apoiados, tiveram como critérios de seleção sua abrangência, impacto na agenda ESG e potencial de sustentabilidade.

Os projetos apoiados foram Casa do Vovô, Mentas Brilhantes, O Pequeno Dom Quixote, Judô em Ação, Nova Fronteira do Inglês e Jovem Pesquisadores. De maneira geral, pretender beneficiar o público de crianças, adolescentes e idosos em situação de desvantagem socioeconômica dos municípios de Pradópolis, Américo Brasiliense, Iracemápolis e Quirinópolis

CULTURA E LAZER

Projeto Ler é Viver

A 21ª edição da Feira Internacional do Livro (FIL) aconteceu entre os dias 20 e 28 de agosto, e contou com a apresentação de várias palestras com temas importantes da atualidade. Em formato híbrido, a São Martinho incentivou a participação tanto virtual quanto presencial dos colaboradores, assim como promoveu a visita de 37 jovens na Feira, em parceria com a instituição Projovem de Pradópolis.

AÇÕES DE VOLUNTARIADO

Anualmente, estimulamos nossos colaboradores a participar de ações que beneficiam as comunidades onde a São Martinho está inserida, despertando o espírito de solidariedade no público interno por meio de campanhas.

Campanha Natal sem Fome

Foram arrecadados, nesta campanha anual, alimentos não perecíveis, durante o mês de dezembro. Na safra 22/23, foram doados aproximadamente 6.700Kg de alimentos aos CRAS das Prefeituras Municipais de Pradópolis, Iracemápolis, Américo Brasiliense e Quirinópolis (GO) como forma de apoio a famílias em situação de vulnerabilidade social.

Campanha do Agasalho

A iniciativa voluntária anual visa arrecadação de agasalhos e cobertores para destiná-los à população de baixa renda. Na safra 2022/23, as doações foram destinadas às famílias cadastradas nas redes municipais de assistência social de Pradópolis, Américo Brasiliense, Iracemápolis e Quirinópolis e arrecadou 757 peças.

Doação de Sangue e Medulo Óssea

Em comemoração ao Dia Mundial do Doador de Sangue, e com o objetivo de conscientizar seus colaboradores em relação à importância deste tema, foram realizadas ações em todas as

unidades da Companhia. A São Martinho é reconhecida dado a parceria e quantidades de doadores já cadastrados no Hemocentro USP, de Ribeirão Preto.

A Conscientização levou o tema: DOAR SANGUE, TÃO ESSENCIAL QUANTO A VIDA.

PROGRAMAS DE DIVERSIDADE

O respeito às pessoas está entre os valores da São Martinho, e, neste sentido, a Companhia estimula a diversidade em seu quadro de colaboradores. Seu Código de Conduta e sua Política de Responsabilidade Social repudia qualquer forma de discriminação, defende a promoção da equidade e o respeito às diferenças. Violações a essas diretrizes podem ser denunciadas por meio do Canal Ético.

Programa Empresa Cidadã

Desde o início de 2010, a São Martinho adota a prorrogação do período de licença-maternidade de 120 dias para 180 dias. Com isso, em todas as unidades, 100% das mães podem optar por ficar seis meses em casa após o parto, antes de retornar ao trabalho. Além disso, a Companhia adota a licença-paternidade prorrogada, de 5 para 15 dias.

Relacionamento com a Comunidade

A São Martinho promoveu em fevereiro de 2023 o Painel de engajamento com as comunidades locais. Programa foi implantado em 2019, por meio de encontros com as comunidades nas cidades onde temos unidades produtivas. Todo o processo de conversas, dinâmicas e troca de informações é mediado por uma consultoria externa especializada. O principal objetivo dessa iniciativa foi formalizar a parceria que sempre permeou o relacionamento com as nossas comunidades do entorno, contribuindo para viabilizar um desenvolvimento local mais sustentável, além de reforçar nosso posicionamento quanto a temas sensíveis às comunidades, aqueles que afetam diretamente a vida urbana e social. como descarte de resíduos, desemprego, violência e drogas, ausência de cultura, acessibilidade urbana entre outros levantados nos encontros, e também apresentar programas e projetos sociais já desenvolvidos ou em implantação.

Na safra 22/23 o projeto foi realizado nas 04 unidades de forma virtual. Ao todo, participaram 20 instituições representadas por 26 pessoas. A definição das instituições participantes foi feita considerando os impactos (positivo e negativos) da São Martinho. Para avaliar os impactos de gênero, a São Martinho busca a participação do público feminino no Painel. Dessa forma, nesta safra, participaram 20 mulheres representando suas respectivas instituições (77% do público). Com a participação do público feminino, a São Martinho busca captar percepções de impactos específicos a este grupo.

Além dos temas ambientais, sociais e econômicos, que são parte da metodologia de trabalho, este ano abordamos projetos e temas específicos, tais como:

Pradópolis (SP): Construção da planta UTE na Usina São Martinho.

Quirinópolis (GO): Construção da planta Etanol de Milho na Usina Boa Vista.

O engajamento proativo com essas comunidades fortalece ainda mais o nosso relacionamento e abre caminhos para um diálogo amplo, construtivo e constante.

GESTÃO DE PESSOAS

Com base nas Competências São Martinho, a Gestão Estratégica de Pessoas é um modelo de gestão que reforça a meritocracia por meio de processos integrados que direcionam as tomadas de decisão sobre as pessoas, alinhado às necessidades e ao Jeito de Ser São Martinho.

Abaixo detalhamos os Programas de Carreira que a Companhia desenvolve:

Programa de Estágio: Nosso programa de estágio têm como objetivo proporcionar experiências práticas para complementar a formação curricular e acadêmica, gerando desenvolvimento em conhecimentos técnicos e novas habilidades comportamentais para aplicações no dia a dia, proporcionando também possibilidade de efetivação e construção de carreira na Companhia.

Programa de Trainees: programa criado em 2008. Este programa tem como objetivo encontrar jovens talentos para serem desenvolvidos e ocuparem cargos estratégicos na empresa contribuindo com a sustentabilidade do negócio. Os participantes são candidatos externos, recém-formados em cursos nas áreas de atuação da Companhia.

A jornada de desenvolvimento dos trainees na São Martinho é composta por ações de desenvolvimento comportamental, desenvolvimento técnico através de job rotation agroindustrial e apresentações específicas sobre os processos administrativos no negócio. Conta também com ações de responsabilidade social e de qualidade de vida e desenvolvimento pessoal individual. Contamos com atividades desenvolvidas internamente e também por consultorias referência no mercado, sendo que toda a jornada é revisada à cada programa para manter-se sempre alinhada às estratégias da Companhia.

Durante o programa os trainees são responsáveis pela condução de um projeto que ao final do período de desenvolvimento é apresentado para diretoria, gestores e demais colaboradores.

Programa Valores em Ação: programa criado em 2010 e é direcionado a colaboradores que já fazem parte do quadro da empresa. O objetivo é acelerar o processo de desenvolvimento de potenciais identificados, preparando-os para maiores desafios. Para isso, a São Martinho proporciona uma Jornada de Desenvolvimento que conta com ações de desenvolvimento comportamental e interações entre as áreas do negócio.

Na operação o Programa de Sensibilização Comportamental tem destaque por sua atuação em toda a companhia.

Programa de Sensibilização Comportamental: criado em 1999, anualmente todos os colaboradores da Companhia são convidados a participar deste programa que visa desenvolver o ser humano. Seu objetivo principal é abordar os aspectos relacionados à comportamentos, atitudes e valores, tornando-os melhores pessoas e profissionais, alinhados às estratégias da Companhia. Com o tema "Honrar o passado, inovar para o futuro e construir um presente com produtividade e segurança", o tradicional programa trouxe na safra 22/23 um formato experiencial, com um túnel do tempo resgatando o passado da nossa empresa e nos preparando para o futuro. Desenhado para provocar reflexões, engajamento e compromisso dos colaboradores com os desafios da Companhia, ele une nossa história com o que há de mais inovador acontecendo. Participaram mais de 10.400 pessoas. O programa contou com uma carga horária de 8 horas reunindo os temas Produtividade & Segurança, Inovação e Nosso Jeito de Ser, que abordam os comportamentos esperados frente a esses temas.

Já o tema Segurança tem um capítulo especial no encontro. Nossos multiplicadores internos foram responsáveis por multiplicar o conhecimento sobre percepção de risco (Risk Factor) que compõe o programa SOU Seguro, contemplando conceitos e atividades práticas.

Plataforma de Aprendizagem: Uma maneira inteligente, simples e digital, de promover o ensino à distancia e transformar nossos colaboradores em protagonistas do seu próprio desenvolvimento e aprendizado. Compartilhamos o saber, ampliamos horizontes e fortalecemos o aprimoramento pessoal e profissional por meio de conteúdos, aulas e cursos e treinamentos online para serem acessados quando e como o colaborador quiser: no celular, tablet e computador. É assim que geramos conexões do conhecimento. Na safra 22/23 tivemos 76.720 participações distribuídas em 27.533 horas.

Programa Aprendiz: realizado em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). Em 2022/23, proporcionou em média a capacitação profissional de 480 aprendizes de idades entre 16 a 24 anos incompletos. Eles participaram de cursos de aprendizagem industrial para os cargos de caldeireiro, mecânico de manutenção de máquinas industriais, assistente administrativo, mecânico de usinagem e mecânico de manutenção Industrial e veículos pesados, entre outros. Após a certificação os jovens podem passar por processo seletivo e concorrer a vagas na Companhia.

Remuneração: As práticas de remuneração da São Martinho são competitivas e posicionadas estrategicamente integrando os pilares de Recursos Humanos (atrair, reter e formar) aos valores da Companhia (integridade, ética e respeito pelas pessoas).

A São Martinho reconhece o bom desempenho e o merecimento de seus profissionais, em contrapartida à sua contribuição para o atingimento das metas anuais e para o cumprimento dos valores e das diretrizes da organização.

8. Serviços Prestados pelos Auditores Externos

Em relação aos Auditores Independentes:

Exercício social findo em 31 de março de 2023	
a) Nome empresarial	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
b) CPF/CNPJ	61.562.112/0012-83
c) Datas de contratação e de início da prestação dos serviços, bem como a descrição dos serviços prestados	Contratação: 28/08/2020 Início prestação dos serviços: 01/04/2020 Descrição dos serviços prestados: Exame das demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de março de 2023 individuais (controladora) e consolidadas, elaboradas pela administração, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais do relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB; Revisão das informações contábeis trimestrais individuais (controladora) e consolidadas, referentes aos trimestres findos em 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de 2022, elaboradas pela administração, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas expedidas pela CVM; Adicionalmente a PwC foi contratada para revisão das apurações de tributos (IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, ICMS e IPI) e do preenchimento da declaração ECF ano-calendário 2022.
d) Substituição do auditor	
i) Justificativa da substituição	
ii) Razões do auditor pela discordância da justificativa da substituição	Não ocorreu substituição do auditor durante o exercício.

Montante total de remuneração dos auditores independentes no último exercício social, discriminando os honorários relativos a serviços de auditoria e os relativos a quaisquer outros serviços prestados:

Serviços de auditoria: R\$ mil 1.885

Outros serviços: R\$ mil 250

Política ou procedimentos adotados pela Companhia para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes:

A política da Companhia na contratação de eventuais serviços não relacionados à auditoria externa junto ao auditor independente fundamenta-se nos princípios que preservam a independência do auditor, quais sejam: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Resumo da justificativa apresentada pelo auditor à administração do emissor sobre os motivos pelos quais entendeu que a prestação de outros serviços não afetava a independência e objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa:

Para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes, a São Martinho se pauta no seu Código de Ética e nas boas práticas de governança corporativa, sendo a contratação dos demais serviços atribuição da Diretoria e dos auditores independentes do Conselho de Administração. A administração da Companhia e nossos auditores externos, PwC, entendem que sua independência não está prejudicada, porque a São Martinho é responsável por todas as decisões que foram ou deverão ser tomadas, e a PwC não assumirá responsabilidades como empregado ou administrador da Companhia, e que o objeto do

trabalho não tem relacionamento com os sistemas financeiros ou contábeis. Confirmam que atuam como auditores independentes da São Martinho no âmbito do disposto na legislação societária brasileira, na regulamentação do Conselho Federal de Contabilidade e da Comissão de Valores Mobiliários no Brasil. Adicionalmente, confirmam que sua política de atuação junto aos seus clientes na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios se definem internacionalmente em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

SÃO MARTINHO S.A.
CNPJ/MF Nº 51.466.860/0001-56
NIRE Nº 35.300.010.485
Companhia Aberta

**PARECER DO CONSELHO FISCAL DA
SÃO MARTINHO S.A.**

Os membros do Conselho Fiscal da SÃO MARTINHO S.A., dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, nos termos do artigo 163, incisos II, III e VII, da Lei 6.404/76, procederam a análise das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas e o Relatório Anual da Administração, referentes ao exercício social encerrado em 31.3.2023, e com base nas análises efetuadas, nos esclarecimentos prestados pela Administração, considerando ainda, o relatório sem ressalvas dos Auditores Independentes da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, datado de 19 de junho de 2023 sobre as demonstrações financeiras assim como seus esclarecimentos, concluíram que os documentos estão adequadamente apresentados, e opinam favoravelmente pelo seu encaminhamento para deliberação em Assembleia Geral e Ordinária e Extraordinária dos Acionistas, assim como, opinam favoravelmente sobre as propostas da Administração para: a) Destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31.3.2023; b) Distribuição de dividendo obrigatório e complementar; c) Orçamento de Capital safra 2023/2024, base para retenção de lucros; e, d) Aumento do Capital Social, com utilização da Reserva de Incentivos Fiscais e Reserva de Capital.

São Paulo, 19 de junho de 2023.

Conselheiros:

Maurício Curvelo de Almeida Prado

Isabel Cristina Bittencourt Santiago

Maria Elvira Lopes Gimenez

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA

Safra 2022/2023



RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA

1. ATIVIDADES REALIZADAS

Durante o calendário anual de atividades do Comitê de Auditoria referente à análise do exercício social 2022/2023, este Comitê realizou 7 reuniões*, tendo como participantes, membros, administradores e gestores da Companhia relacionados aos temas discutidos. Foram debatidas pautas envolvendo diversos temas de atribuição do Comitê, previstos no Regimento Interno (disponível no site de RI da Companhia: [Regimento Interno Comitês de Assessoramento](#)).

Os reportes dos trabalhos realizados pelo Comitê de Auditoria são feitos ao Conselho de Administração pelo Coordenador, no início de cada reunião, constando em ata arquivada na sede da Companhia as recomendações para cada assunto.

2. PRINCIPAIS ASSUNTOS

✓ **Análise das demonstrações financeiras**

Avaliação das Informações Trimestrais (ITR) juntamente com a Administração e representante do Auditor Independente (PwC). Em todos os trimestres, foi verificado que o material estava adequado e satisfatório, com recomendação de aprovação pelo Conselho de Administração.

✓ **Auditoria Interna e Controles Internos**

Discussões sobre o plano de trabalho da Auditoria Interna e relatórios dos auditores (KPMG); análise Carta de Controles Internos. Verificou-se redução expressiva nos apontamentos ao longo dos anos de auditoria da PwC.

✓ **Contratos com partes relacionadas**

Análise das condições comerciais e caráter comutativo de contratos com partes relacionadas, recomendando a aprovação pelo Conselho de Administração.

✓ **Governança, Gestão de Riscos, Conformidade e Contingências**

Análise do Pratique & Explique divulgado em outubro de 2022; acompanhamento do Canal de Denúncias, revisão da matriz de riscos, e riscos de terceiros por meio do Relatório Semestral de Governança, Riscos e Conformidade e reporte ao Comitê; ajuste na estrutura de controles internos; análise do Relatório do Contencioso, apresentando as contingências e destaques. Material apresentado foi satisfatório.

✓ **Outros assuntos**

Destinações Incentivo Social Privado; análise Relatório de Sustentabilidade e performances ESG; reunião para integração com o Conselho Fiscal; análise de proposta de ajuste nas procurações públicas, entre outros.

3. RECOMENDAÇÃO DO COMITÊ - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 22/23

O Comitê de Auditoria analisou as Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31.3.2023, em reunião realizada em 12.6.2023 e recomendou a aprovação pelo Conselho de Administração.

Pradópolis/SP, 12 de junho de 2023.

MEMBROS COMITÊ DE AUDITORIA:

João Carlos Costa Brega

Murilo Cesar Lemos dos Santos Passos

Olga Stankevicius Colpo

* 2022: 1/8; 19/9 e 31/10. 2023: 6/2; 12/4; 22/5 e 12/6.

SÃO MARTINHO SA
CNPJ/MF N.º 51.466.860/0001-56
NIRE N.º 35.300.010.485
CAPITAL ABERTO

PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL

Informações necessárias para a Assembleia Geral Ordinária
referente ao exercício encerrado em 31 de março de 2023.
(Anexo A da Resolução CVM 81/2022)

Proposta de Orçamento de Capital
(Anexo A da Resolução CVM 81)

Conforme artigo 196 da Lei 6404/76, o Conselho de Administração propõe para aprovação em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada em 28.7.2023, o Orçamento de Capital para o exercício de 2023/2024, no valor de R\$ 279.608.615,35 (duzentos e setenta e nove milhões, seiscentos e oito mil, seiscentos e quinze reais e trinta e cinco centavos).

Aplicações:

Investimentos planejados relacionados, principalmente, a Projetos de Investimentos Capex de Melhoria Operacional e/ou Capital de Giro.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nos termos do artigo 27, § 1º, inciso VI da Resolução CVM nº 80/2022, a Diretoria declara que reviu discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de março de 2023.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nos termos do artigo 27, § 1º, inciso V da Resolução CVM nº 80/2022, a Diretoria declara que reviu discutiu e concorda com opiniões expressas no parecer dos auditores independentes emitido em 19 de junho de 2023 pela PricewaterhouseCoopers, CRC 2SP000160/O-5.